

RESOLUÇÃO DA NONA CONFERÊNCIA NACIONAL DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

2007 e os próximos anos	2
Introdução	2
2007 e os próximos anos	3
<i>A organização das classes trabalhadoras</i>	3
<i>Um PT socialista</i>	4
<i>Um governo democrático e popular</i>	5
<i>O III Congresso</i>	6
<i>A qual herança devemos renunciar?</i>	6
<i>Um momento de transição na vida do PT</i>	7
<i>Os debates congressuais</i>	9
<i>As transformações do socialismo petista</i>	11
<i>A estratégia democrático- popular</i>	11
<i>A alternativa democrático-popular e o socialismo</i>	13
<i>A recomposição da esquerda brasileira</i>	16
<i>Petismo e lulismo</i>	17
<i>A organização do povo</i>	17
<i>Partido e movimentos</i>	19
<i>Os reflexos da primeira eleição de Lula</i>	21
<i>O segundo mandato de Lula e os movimentos sociais</i>	22
<i>Composição e disputa de rumos do governo Lula</i>	24
<i>Melhores condições</i>	25
<i>Uma agenda para democratizar a mídia</i>	27
<i>Segundo governo Lula: cumprir a agenda histórica</i>	28
<i>Um balanço necessário</i>	30
<i>A reforma política</i>	30
<i>Modelo de desenvolvimento e reforma agrária</i>	31
<i>Enfrentando o terceiro turno</i>	33
<i>Eleições municipais de 2008 e nacionais de 2010</i>	34
<i>O enigma José Serra</i>	35
<i>A volta do "café com leite"</i>	39
<i>Relações entre governo e partido</i>	40
<i>Tarefas da militância da Articulação de Esquerda</i>	43
<i>Alguns itens de nosso plano de trabalho para 2007</i>	45
Anexo 1: Resolução sobre a AE Espírito Santo	47
Anexo 2: Resolução sobre a AE Santa Catarina	47
Moção sobre o caso Juvenil	48
Moção sobre a Vale do Rio Doce	49
Moção sobre a reforma da Previdência	49
Moção sobre remuneração dos parlamentares	50
Moção sobre os arquivos da repressão	50

2007 e os próximos anos

“Um governo democrático-popular, um PT socialista e a organização das classes trabalhadoras: estas são as metas fundamentais que perseguiremos nos próximos anos”.

A Nona Conferência Nacional (extraordinária) da Articulação de Esquerda ocorreu nos dias 1 e 2 de dezembro de 2006, em Salvador (Bahia). Nos dias 2 e 3 de dezembro, também em Salvador, aconteceu a Plenária dos militantes da AE que atuam nos movimentos sociais.

A resolução abaixo, acompanhada de moções e deliberações específicas, constitui nossa primeira contribuição aos debates do III Congresso do Partido dos Trabalhadores, marcado para os dias 6, 7 e 8 de julho de 2007.

Introdução

A Nona Conferência dirige uma saudação aos companheiros e companheiras que, nas eleições de 2006, defenderam com orgulho e valentia a bandeira do PT, o governo Lula e as causas democráticas, populares e socialistas.

A Nona Conferência dirige, também, uma saudação à militância do PT e da esquerda política e social dos estados da Bahia, do Pará, do Sergipe, do Piauí e do Acre, pela vitória que obtiveram nas eleições para governador.

A Nona Conferência dirige, também, uma especial saudação à militância do PT do Rio Grande do Sul, que desmentiu as previsões --feitas pela mídia e também por setores do próprio Partido-- segundo as quais o petismo gaúcho sairia destruído das eleições.

Dirigimos uma particular e carinhosa saudação ao nosso companheiro Olívio Dutra, por tudo o que ele significa como exemplo de dignidade e coerência militante.

Estendemos nossa saudação à toda a militância da esquerda política e social, inclusive aqueles que no primeiro turno não votaram em Lula, mas que marcaram sua presença nesta vitória de segundo turno, que é da maioria do povo brasileiro.

Vencemos o segundo turno presidencial por diversos motivos: a memória negativa deixada pelos governos neoliberais; os erros políticos cometidos por nossos adversários; as realizações do governo Lula; a força da militância petista e dos setores populares; e a linha de campanha adotada no segundo turno, de confronto entre dois projetos políticos, um conservador e neoliberal, outro democrático e popular.

As alianças que fizemos, tanto no primeiro quanto no segundo turno, em certa medida também contribuíram para nossa vitória, numa dinâmica que foi bastante desigual nas diversas regiões do país. O Partido deve fazer uma análise rigorosa e criteriosa destas alianças e de seus efeitos, de modo a projetar para o futuro a construção de uma governabilidade de novo tipo, menos dependente da dinâmica puramente parlamentar, como defende a resolução do 13º Encontro Nacional do PT.

Lula foi reeleito, com mais votos do que no segundo turno de 2002. Mantivemos o eleitorado que votou em nós no primeiro turno; conquistamos muitos apoios entre quem, no primeiro turno, se absteve, votou branco, votou nulo ou votou nos nossos adversários, inclusive em Geraldo Alckmin, que terminou o segundo turno com 2,5 milhões de votos a menos do que obteve no primeiro turno.

A vitória de Lula e o resultado geral das eleições criaram uma conjuntura mais favorável, não apenas para nosso segundo mandato no Brasil, mas para o conjunto da esquerda latino-americana. Nossa eleição, bem como as vitórias de Daniel Ortega, Rafael Correa e Hugo Chavez, integram um mesmo processo continental.

Obtivemos, nas eleições de 2006, uma vitória eleitoral, uma vitória sobre a mídia, uma vitória partidária e uma vitória político-ideológica.

Concluída a eleição, temos adiante duas grandes tarefas: a) o balanço do governo e do processo eleitoral; b) a definição da política partidária para o período aberto com as vitórias de 2006.

O debate sobre estes temas deve ser canalizado para o III Congresso do PT, onde debateremos "o Brasil que queremos", "o socialismo petista" e a "concepção e funcionamento" de nosso Partido.

2007 e os próximos anos

Um governo democrático-popular, um PT socialista e a organização das classes trabalhadoras: estas são as metas fundamentais que perseguiremos nos próximos anos.

A organização das classes trabalhadoras

O principal motivo de nossa vitória, nas eleições presidenciais de 2006, foi a consciência de classe demonstrada por amplas camadas do povo brasileiro, que perceberam o que estava em jogo nas eleições e não se deixaram confundir pela gritaria dos meios de comunicação e da oposição tucano-pefelista.

Mas apenas pequena parcela das camadas populares que constituem o nosso eleitorado está organizada, seja em partidos ou em movimentos sociais.

Um de nossos maiores desafios reside, exatamente, em ampliar (e qualificar) a influência dos sindicatos, das entidades estudantis, dos movimentos urbanos e de trabalhadores rurais, das organizações de mulheres e negros, bem como de todas as demais formas de organização popular.

Pelo mesmo motivo, os partidos de esquerda têm que estar mais presentes na vida cotidiana do país.

Uma esquerda de massa não é apenas nem principalmente aquela que disputa eleição. Uma esquerda de massa é também (e principalmente) uma instituição nacional, uma força cultural, uma organização presente em todas as dimensões da vida em sociedade.

Isto vale especialmente para o PT, como principal partido da esquerda brasileira e componente fundamental da coligação "A força do povo".

Temos que ser capazes de construir um PT militante e de massas, uma força política e cultural, enraizada organicamente (e não apenas eleitoralmente) no povo brasileiro, em especial nas classes trabalhadoras.

Um dos instrumentos para isto é a existência de meios de educação, cultura e comunicação, pois a batalha de idéias constitui uma dimensão essencial da construção partidária.

Apoiar de maneira efetiva a imprensa democrática (*Carta Capital, Caros Amigos, Brasil de Fato, Correio da Cidadania, Carta Maior*, entre outros). Ampliar e qualificar o trabalho de comunicação do Partido. Criar um jornal, semanal e nacional, voltado à nossa militância. E consolidar, em dezenas de milhões de brasileiros e de brasileiras, uma visão de mundo democrático-popular e socialista, articulada com um internacionalismo ativo no apoio às lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo, em especial da América Latina.

Um PT socialista

O segundo mandato de Lula começará tendo o apoio potencial de mais da metade dos governadores eleitos, dos quais cinco são petistas. Além da vitória obtida nos estados do Acre, Bahia, Pará, Piauí e Sergipe, o Partido dos Trabalhadores teve um desempenho muito forte em vários outros estados. Ademais, o PT foi o partido mais votado para a Câmara dos Deputados.

É claro que tanto o governo, quanto a campanha Lula, cometeram erros. Além disso, ficou mais uma vez evidente que candidaturas do PT lançam mão de práticas que consideramos danosas ao projeto partidário, às quais temos responsabilidade de radicalmente banir de nosso cotidiano, inclusive com a investigação e punição dos culpados. Mas, de maneira geral, o PT saiu vitorioso do processo eleitoral e desmoralizou todas as profecias que foram feitas acerca de seu fracasso.

Passada a eleição, os meios de comunicação lançaram-se ao “terceiro turno”, querendo a todo custo relativizar a vitória do PT e o papel do partido na eleição de Lula, pretendendo com isto reduzir ao máximo a influência e a presença petista no segundo mandato.

É verdade que o PT é apenas um dos integrantes do campo democrático e popular. Também é verdade que as forças democráticas e populares são apenas parte da ampla “coligação progressista” que se articulou em torno da candidatura Lula, especialmente no segundo turno.

Esta pluralidade indica, muito simplesmente, que haverá uma intensa “disputa de rumos”, para a qual o PT deve se preparar e engajar de maneira plena.

Na medida em que as movimentações do presidente Lula apontam para um “governo de coalizão”, cresce para o PT a importância de combinar o natural apoio ao governo com a manutenção da sua autonomia e capacidade de crítica em relação ao governo nos eventuais contenciosos programáticos.

Se não devemos superestimar a força do PT, tampouco devemos subestimar seu papel. Não apenas por motivos imediatos e táticos, mas principalmente porque precisamos ter um partido socialista de massas em nosso país, salvo é claro se acreditarmos que nosso horizonte histórico é a democratização do capitalismo.

Para o Partido dos Trabalhadores, interessa que tenhamos um governo progressista, capaz de recuperar a soberania nacional, ampliar a democracia e fortalecer o Estado. Mas ao PT interessa mais do que isso: queremos ter um governo democrático-popular, capaz de combater a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais, na perspectiva de abrir caminho para o socialismo.

Cabe ao PT articular, numa estratégia coerente, a defesa do que temos hoje com a luta pelo que pretendemos construir.

Este é o objetivo principal do III Congresso do PT, marcado para 2007: aprovar uma estratégia para a atuação do PT ao longo da próxima década, pelo menos. Estratégia que supõe reafirmar o PT como partido militante e de massas, capaz de governar o Brasil e de lutar pelo socialismo.

Um governo democrático e popular

Vencemos a batalha, mas a luta continua, inclusive os ataques da imprensa, que busca interpretar nossa vitória e disputar os rumos do segundo mandato.

A maioria dos meios de comunicação passou os últimos vinte meses em campanha para "acabar com nossa raça". Agora, está em campanha aberta pela "concordia", pelo "entendimento", por "relações institucionais e civilizadas" entre governo e oposição.

Movido pela mesma preocupação, a oposição foi constrangida a esclarecer publicamente que não é "golpista" e que defende o respeito ao resultado das urnas.

A nós também interessa encerrar o período de disputa eleitoral, o que significa entre outras coisas que a oposição reconheça a plena legitimidade e legalidade do governo atual e futuro, desistindo de tentar obter por outros meios aquilo que não obteve nas urnas.

Mas não vamos nos iludir: se tivéssemos vencido no primeiro turno, com algo em torno de 1% dos votos de vantagem, a oposição de direita e os grandes meios de comunicação estariam em campanha pelo *impeachment*. O fato de termos vencido no segundo turno, com uma larga vantagem, é que obrigou o lacerdismo a mudar de discurso.

Mudou de discurso, mas não de conduta. Se depender da oposição e dos jornalões, o segundo mandato deveria implementar a agenda proposta por Geraldo Alckmin: cortes orçamentários, reforma previdenciária e trabalhista, mudança na política externa.

É preciso denunciar e derrotar a tentativa, patrocinada por setores da oposição e da mídia, de impor ao governo eleito a "pauta política" que foi derrotada nas eleições, bem como incidir na composição do governo.

Frente a estas tentativas de ganhar, no grito midiático, aquilo que não conseguiram obter nas urnas, caberá ao PT mobilizar a sociedade para implementar o projeto vencedor nas eleições. Caberá ao PT, igualmente, ajudar a levar ao governo as demandas da sociedade, para que este esteja sempre sintonizado com a vontade popular.

Além de nossa disputa com a oposição, haverá também uma disputa no interior da situação, entre aqueles que pretendem manter o segundo mandato nos limites de um governo progressista e aqueles que pretendem fazer dele um governo democrático e popular.

Como dissemos durante o primeiro mandato: se o governo Lula é um governo de centro-esquerda, com aliados de direita, cabe ao PT ser a ala esquerda deste governo.

O III Congresso

O Brasil precisa abrir um novo ciclo histórico, que deixe para trás as décadas perdidas, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

A vitória obtida nas eleições de 2002 e de 2006 abre a possibilidade deste novo ciclo histórico ser, não apenas “desenvolvimentista”, mas um desenvolvimentismo democrático-popular.

A depender da força e da capacidade política da classe trabalhadora e da esquerda brasileira, este “desenvolvimentismo democrático-popular” pode acumular forças em direção ao socialismo.

Como podemos, também, fazer um segundo mandato convencional e ver a direita recuperar o comando do governo federal, nas eleições de 2010, fazendo a política brasileira voltar a uma situação de “normalidade”. Ou, ainda, seguirmos no governo, mas respeitando os limites da hegemonia do capital financeiro, sem reformas estruturais nem acúmulo de forças em direção ao socialismo.

Os destinos do segundo mandato dependerão da luta de classes. Mas está claro que vivemos um período de transição na história brasileira, não apenas no terreno da política estrito senso, mas também no terreno mais amplo do desenvolvimento nacional e de suas relações com o mundo.

Compreender isto, estudar os processos político-sociais que estão em curso e elaborar uma política adequada para o período constitui alguns dos grandes desafios do PT.

Para dar conta destes desafios, o PT terá que fazer um “ajuste de contas” com seu passado.

A qual herança devemos renunciar?

Todos os setores do PT reconhecem que se faz necessário este “ajuste de contas”. Mas não há acordo, dentro do Partido, sobre a qual herança nos cabe renunciar.

Em nossa opinião, o “ajuste de contas” passa por romper com comportamentos e concepções que se generalizaram no Partido, especialmente a partir de 1995, tais como o pragmatismo, a conciliação de classes, o “melhorismo”, a promiscuidade com setores da elite, o mandonismo e o carreirismo.

Defendemos, portanto, a reafirmação das melhores tradições da esquerda revolucionária, anarquista, trabalhista, cristã, socialista e comunista, tradições estas que estiveram presentes na fundação do Partido e nos grandes momentos de nossa história de quase 27 anos.

Propomos reafirmar, também, quatro vocações fundamentais do PT: a de ser um partido militante, a de ser um partido de massas, a de ser um partido para governar o Brasil e a de ser um partido socialista.

Outros setores do PT, quando falam em “ajuste de contas”, pretendem na verdade romper com nossa tradição de esquerda.

Estes setores afirmam que os erros e crimes cometidos em 2005 e 2006 teriam origem num suposto “ethos bolchevique” herdado da “velha esquerda”, que não respeitava a “institucionalidade burguesa”.

Em nossa opinião, a adoção de métodos de financiamento de campanha típicos dos partidos tradicionais, as alianças com setores corruptos e direitistas, o monopólio do poder partidário nas mãos de parlamentares e governantes, a substituição da luta de idéias pelo confronto de aparatos, constituem decorrência direta ou indireta da chamada estratégia de centro-esquerda, adotada oficialmente pelo PT desde 1995.

Ou seja: renegar o “ethos da esquerda socialista”, transformando a “institucionalidade” em meio e fim de nossa atividade partidária, contribuiu para que parcelas cada vez mais extensas do PT fossem corrompidas pelos hábitos da política burguesa.

Embora tenha prejudicado fortemente o conjunto do Partido e afetado, em maior ou menor medida, seus diversos segmentos, o processo de corrupção político-ideológica atingiu mais fortemente aqueles setores que controlaram a maioria da direção nacional do PT de 1995 até 2005. Maioria que, ao longo destes últimos dez anos, sempre foi objeto de duras críticas de outros setores do Partido.

O resultado do último PED (processo de eleição direta das direções partidárias) mostrou que a maioria da base partidária hoje é crítica daquelas condutas. Portanto, cabe-nos fazer o Partido funcionar de acordo com a vontade da maioria de seus filiados.

Trata-se de uma batalha de longa duração, em que estará em jogo o destino do PT. Discordamos daqueles que dão, a esta batalha, o nome de “refundação”. Achamos que este termo se presta a equívocos. Ademais, parte dos que adotam o termo, defendem a “refundação” do Partido, não para reafirmar valores, mas para estabelecer outros valores.

Um momento de transição na vida do PT

A crise de 2005 e o resultado do último PED abriram um período de transição na vida do Partido.

Não é a primeira vez que isso acontece. Entre 1990 e 1995, também houve um período de transição semelhante, no qual o Partido não tinha uma estratégia hegemônica nem um núcleo dirigente estável.

Durante parte deste período (1993-1995), a esquerda petista chegou a constituir uma maioria numérica no Diretório Nacional do PT, mas não conseguiu hegemônizar o Partido, em parte devido a erros que foram analisados por nós em outras conferências nacionais (ver coletâneas de nossas resoluções, nos livros *Socialismo ou barbárie* e *Novos rumos para o governo Lula*).

Eleita num momento de transição, a direção escolhida no PED de 2005 é também uma direção de transição, responsável por defender o PT, conduzir o processo eleitoral, estabelecer uma relação de novo tipo com o segundo mandato de Lula e organizar o III Congresso.

A direção funcionou relativamente bem, num clima distinto da direção anterior, até o momento em que as pesquisas começaram a sugerir que Lula poderia ser eleito no primeiro turno (possibilidade que sempre indicamos como a menos provável). Deste momento em diante, algumas práticas da direção anterior voltaram a se fazer presentes, entre elas a centralização das decisões, criando o ambiente propício à ocorrência do episódio do "dossiê".

Em nossa opinião, o episódio do dossiê é gravíssimo, não apenas pelos seus efeitos eleitorais, mas também e principalmente pelo seu impacto na vida partidária.

O episódio do dossiê revela, antes de mais nada, um erro político: acreditar que seria possível derrotar a hegemonia dos tucanos em São Paulo com um simples "golpe de mão".

O episódio mostrou ainda que existe, no Partido, um grupo que não aprendeu nada com 2005. Não aprendeu, por exemplo, que confiar em bandidos --chamem-se eles "Marcos Valério" ou "Vedoin"-- não pode levar senão a resultados desastrosos.

Setores da imprensa apontaram como de "origem sindical" o grupo responsável pelo dossiê e/ou comprometido com a concepção implícita naquela operação, acusação que além de factualmente incorreta, só serve para reforçar o coro dos que buscam criminalizar os movimentos sociais.

Setores do partido, por sua vez, apontaram como "paulista" o grupo responsável pelo dossiê e/ou comprometido com a concepção implícita naquela operação.

Na verdade, tal grupo reúne militantes de vários estados e sotaques do país. É fato que tal grupo manteve sua força nacional, em grande medida graças à votação que vem obtendo no PT de São Paulo, desde 1995. É fato, também, que tanto os episódios de 2005, quanto os de 2006, podem ser relacionados com as pretensões eleitorais, inclusive presidenciais, de lideranças deste grupo que possuem domicílio eleitoral em São Paulo.

Entretanto, "paulistizar" pode despolitizar a questão. Até porque o tal grupo tem nome e sobrenome (ex-campo majoritário), atua em âmbito nacional e possui concepções políticas e organizativas que estão na base dos problemas vividos pelo PT desde 2005.

O episódio do dossiê e os precedentes não constituem um problema estritamente "ético". Os episódios que minaram a credibilidade do Partido em parcelas importantes de nossa base social, não são senão a manifestação mais aparente das conseqüências nefastas de uma concepção política equivocada, que abandona objetivos estratégicos em nome de objetivos imediatos, que confunde política de alianças com promiscuidade com setores da burguesia, que encara a luta político-social como disputa de aparelhos, que confunde acúmulo de forças com acúmulo de cargos.

Se o PT quiser sobreviver como organização política de esquerda e militante, além de atuar decisivamente na sustentação do segundo governo Lula, precisa fazer um

severo “ajuste de contas” com as concepções políticas e com as práticas deste grupo, que teve em José Dirceu e Antonio Palocci duas de suas principais mas não únicas expressões.

Para definir a política do partido para o próximo período, definição que exige mas não se limita ao citado “ajuste de contas”, tornou-se necessário antecipar o III Congresso partidário, cuja plenária final ocorrerá nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2007.

Os debates congressuais

Para evitar que o debate de idéias seja substituído pela competição entre chapas, o III Congresso não elegerá uma nova direção.

Entretanto, defendemos que a atual direção nacional do PT proponha ao III Congresso o encurtamento do mandato das atuais direções, com novas eleições, em todos os níveis, no segundo semestre de 2007.

Defendemos que o III Congresso convoque o PED para o final de 2007, garantido o pleno cumprimento do estatuto, que estipula que todas as chapas e candidaturas a presidente devem poder fazer chegar ao conjunto dos filiados seus pontos de vista.

O debate do III Congresso será público, como foi público o debate do PED 2005. E, por isto mesmo, sofrerá uma forte influência dos meios de comunicação.

Para garantir o máximo de democracia e participação, bem como para neutralizar a influência da mídia conservadora, o diretório nacional do PT estabeleceu um calendário nacional de debates congressuais, uma Tribuna de Debates e aprovou que buscaremos viabilizar, junto aos meios de comunicação democráticos, uma programação especial de debates, via internet, rádio, televisão, revistas e jornais.

O III Congresso deve aprovar resoluções que afirmem o caráter militante e de massas do PT, partido capaz de governar o país e dotado de uma estratégia socialista.

Garantir que o PT seja um partido de massas e um partido militante exige tomar medidas que enfrentem seis problemas fundamentais:

- a) a relação partido/povo, que vem se deformando pouco a pouco numa relação legenda/eleitorado;
- b) a mediação deformada, imposta pela mídia, a um partido de massas que não construiu uma política de comunicação de massas;
- c) a consolidação e a competição entre vários núcleos autônomos de poder partidário, como por exemplo as direções, as bancadas, os governos, os dirigentes dos grandes movimentos sociais e as tendências;
- d) o controle coletivo da militância sobre os rumos do Partido, em particular sobre os atos das direções partidárias, governantes e parlamentares;
- e) a utilização do Partido como “escada” para projetos de natureza pessoal ou grupal, muitas vezes apoiados em “esquemas” semi-clandestinos de poder e tráfico de influência, impulsionados por pessoas com pouco ou nenhum tipo de vínculo, nem

mesmo distante, com as posições do PT e/ou com movimentos sociais que deram origem ao partido;

f) o surgimento de relações de clientela entre parlamentares, dirigentes e setores da base do Partido.

A solução de alguns destes problemas exige a realização de alterações na legislação brasileira, como a fidelidade partidária, o voto em lista e o financiamento público das campanhas eleitorais.

Estas medidas devem fazer parte da "reforma política" (mais precisamente, da reforma do sistema eleitoral e partidário), "reforma" que para nós deve ser parte de um conjunto mais amplo de medidas voltadas à democratização real da política brasileira, o que inclui, com destaque, a democratização dos meios de comunicação, bem como a democratização da elaboração e acompanhamento da execução dos orçamentos públicos dos municípios, dos estados e da União.

A solução de outros problemas supõe mudanças na concepção de partido hoje vigente. Trata-se, por exemplo, de resgatar a noção de partido democrático e dirigente, em contraposição aos núcleos autônomos e paralelos de poder.

Finalmente, há problemas cuja solução exige medidas políticas e organizativas internas. Até porque para existir um partido de massas, é preciso existir uma estrutura de quadros. Que para ser baseada na democracia interna, precisa estar fundada no controle coletivo das direções pela base.

Para que o PT seja um partido democrático e militante, é preciso criar mecanismos internos de educação política, de comunicação e de controle. Entre estes mecanismos, destacamos:

a) a criação de uma Escola Nacional de Formação Política, que cumpra, em escala ampliada, um papel semelhante ao cumprido pelo Instituto Cajamar no final dos anos 1980 e início dos anos 1990;

b) a criação de um jornal semanal voltado para a militância petista e para a militância da esquerda política e social. Cabe, também, uma mudança nas características da revista *Teoria e Debate*, para que ela possa servir de instrumento para o debate político e cultural com a intelectualidade democrática e de esquerda. Além disso, é necessário potencializar o uso da internet;

c) a criação de uma Corregedoria interna, com poderes para investigar atos de militantes petistas no exercício de suas atividades políticas e de propor, para a direção partidária, a adoção de medidas preventivas, investigatórias e punitivas. Esta corregedoria seria eleita pelo Congresso do Partido, com orçamento e estrutura autônoma, com mandato não renovável, composta por militantes com mais de dez anos de Partido, que não ocupem postos de direção em nenhum nível (executivos, legislativos, direção partidária ou de movimentos sociais).

Medidas organizativas desta natureza são importantes para manter tanto o caráter de massas (não exclusiva nem principalmente eleitoral), quanto o caráter militante do Partido. Entretanto, elas precisam estar à serviço de uma estratégia democrático-popular e socialista.

As transformações do socialismo petista

O PT dos anos 1980 já afirmava o caráter plenamente capitalista da sociedade brasileira; o caráter dependente, monopolista e anti-democrático deste capitalismo; o alto nível de integração entre o latifúndio, o imperialismo e o desenvolvimento capitalista nacional; o caráter central das contradições entre o capital e o trabalho; e, portanto, a atualidade do socialismo.

Nos anos 1980, a visão petista de socialismo era estruturada pelo anticapitalismo, pela luta das classes trabalhadoras, pela busca da igualdade e da democracia política e social.

Do 7º Encontro (1990) e do 1º Congresso (1991) em diante, a visão petista de socialismo sofreu diversas alterações, se tornando cada vez mais parecida com a visão social-democrata, que defende como “objetivo final” uma “economia de mercado” controlada por um “Estado democrático”, a quem caberia garantir o bem-estar da maioria da população.

Estas alterações na visão petista de socialismo foram muito contraditórias. O II Congresso do PT (1999), por exemplo, ao tratar da alternativa democrática, popular e socialista para o Brasil, afirmou que “o PT se afirma como um partido pós-comunista e pós-social democrata. Não busca o ‘assalto ao poder’ por meio de revolução violenta, nem conquistar o governo e ocupar o aparelho de estado para amenizar o capitalismo”.

De toda forma, quando lemos as resoluções do 12º Encontro (2001), vemos que para as posições que eram majoritárias no PT de então, o socialismo deixava de ser uma maneira (distinta do capitalismo) de organizar a sociedade, passando a constituir um conjunto de “valores” que supostamente iluminariam e disciplinariam o desejado crescimento capitalista. É importante perceber que foi sob a influência deste “ethos social-democrata” que importantes setores do PT nos conduziram à maior crise de nossa história.

Hoje, está posto para nós reafirmar o socialismo como alternativa histórica ao capitalismo, uma forma distinta de organizar a produção e a circulação das riquezas, sem o que não haverá as condições materiais necessárias à socialização do poder.

A estratégia democrático- popular

As mudanças ocorridas no “socialismo petista” foram acompanhadas por alterações no funcionamento interno e na estratégia do Partido dos Trabalhadores.

Um ponto alto da formulação estratégica do PT foi o 5º Encontro Nacional (1987), que afirmava o seguinte: “para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia”.

Apresentando a burguesia como inimiga principal, o 5º Encontro defendia a aliança dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores pequenos proprietários, na luta pelo socialismo.

Tendo em vista que não estavam “colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas trabalhadoras, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo”, o 5º Encontro defendia a adoção de uma política de acúmulo de forças, combinando a construção do próprio PT, a construção do movimento social e a ocupação de espaços institucionais.

Mesmo não estando colocada na ordem do dia a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo, a resolução do 5º Encontro defendia que o PT se apresentasse para toda a sociedade como um partido socialista: “a alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa no País é democrática e popular e está articulada com a nossa luta pelo socialismo”.

Afirmava ainda que, “na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas. Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio –tarefas não efetivadas pela burguesia- tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista.”

O 5º encontro segue sendo, até hoje, a formulação estratégica mais explícita do Partido dos Trabalhadores. Levando em consideração o que afirmavam tanto o 5º quanto o 6º Encontro Nacional, vários setores do Partido imaginavam o seguinte “caminho para o poder”:

- a) o socialismo é nosso objetivo estratégico;
- b) o socialismo seria alcançado por uma aliança de forças sociais, aliança composta pelos trabalhadores assalariados e pelos trabalhadores pequeno-proprietários;
- c) a luta pelo poder exigiria uma política de acúmulo de forças --materializada na construção do Partido, dos movimentos sociais e na ocupação de espaços institucionais-- em torno do programa democrático-popular;
- d) o programa democrático-popular articularia as tarefas anti-monopolistas, anti-latifundiárias e anti-imperialistas, com a luta pelo socialismo;
- e) a disputa eleitoral e o exercício de governos constituíam parte da luta pelo poder;
- f) a conquista do governo federal permitiria dar início às reformas estruturais de caráter democrático-popular;
- g) a execução destas reformas e a reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, possibilitando colocar na ordem do dia a conquista do poder de Estado.

A alternativa democrático-popular e o socialismo

Evidentemente, cada setor do Partido interpretou a sua maneira a estratégia proposta pelo 5º Encontro Nacional. As diferentes interpretações decorriam, em parte, das limitações e contradições internas da resolução, bem como das dificuldades políticas e conceituais inerente ao próprio conceito de transição socialista.

Na fórmula de Marx (e de Lênin) a transição socialista tem um ponto de partida político (a conquista do poder pelo proletariado), um ponto de chegada político-social (a abolição das classes e do Estado) e um parâmetro (sem o qual não faz sentido falar em transição): a progressiva socialização da propriedade, da produção e do poder político.

Em países onde os socialistas pretendiam ter os trabalhadores pequenos-proprietários como aliados, isso criava a seguinte dificuldade política e conceitual: como deixar claro a esses aliados que o processo de socialização de sua pequena propriedade seria diferente do processo de socialização imposto à grande propriedade capitalista?

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a expressão governo democrático-popular foi uma das fórmulas inventadas com o propósito de dar conta deste problema. Como sabemos, a experiência prática da maioria dos países do Leste Europeu seguiu outro curso.

A dificuldade conceitual inerente à elaboração de uma estratégia socialista era maior, naqueles países que não experimentaram revoluções democrático-burguesas. Nestes casos, o futuro Estado socialista teria que dar cabo das "tarefas inconclusas", "não realizadas" ou "típicas de revoluções democrático-burguesas", como a independência nacional, a reforma agrária e a democratização política.

Para dar conta deste tipo de situação, criaram-se fórmulas tais como "governo democrático-popular", que neste sentido seria uma espécie de "primeira fase" da transição socialista.

Outra fonte das interpretações variadas, acerca das resoluções do 5º encontro nacional, é a confusão entre ***o governo democrático-popular que daria término à Nova República*** versus ***o governo democrático e popular que daria início à transição socialista***.

A distinção deveria ser muito clara: num caso, o governo democrático e popular seria produto de um processo eleitoral. Noutro caso, o governo democrático e popular seria produto de uma ruptura revolucionária.

As resoluções do 5º e do 6º Encontros dão o mesmo nome para ambas as coisas, quando na verdade seu conteúdo e suas tarefas seriam diferentes. Embora pudessem ser "elos de um mesmo processo", não estava garantido que viesse a ser assim.

A resolução do 6º Encontro demonstra que havia consciência dessa diferença, pois se afirma claramente que "embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo -- portanto, de parte importante do poder do Estado -- a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de

reformas econômicas, políticas e sociais. Tudo isso criará as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.”

Em seguida, a resolução do 6º Encontro afirma o seguinte: “um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no país, de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. A efetivação de medidas deste gênero, mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente (...) o PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para início às transformações socialistas no Brasil (...) o governo democrático e popular e o início da transição socialista são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática (...) A implementação na globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista”.

Lidas agora, praticamente dezessete anos depois, fica evidente quantas alterações foram introduzidas na estratégia do PT, depois da eleição de 1989. Estas alterações decorreram, em parte, das mudanças ocorridas na correlação de forças nacional e mundial.

Mas decorreram, também, de mudanças nas concepções políticas e ideológicas de amplos setores do Partido. Ao invés de dar prosseguimento à elaboração estratégica construída nos anos oitenta, adequando a estratégia do PT a um novo período histórico, marcado pela crise do socialismo e pela ofensiva neoliberal, os setores majoritários na direção nacional do PT durante os anos noventa optaram por elaborar outra estratégia.

No 7º Encontro e no I Congresso partidário, começou a movimentação no sentido de abandonar o conceito de revolução e de conquista do poder, substituindo-os por uma versão extremamente suavizada da disputa de hegemonia, onde ao PT caberia o papel de “partido de interlocução”.

Em seguida tivemos o intervalo do 8º Encontro (1993) e do 9º Encontro (1994), quando as tendências da “esquerda” predominaram na direção do PT.

No 10º Encontro (1995), já sob hegemonia do que futuramente seria denominado de “campo majoritário”, as resoluções falavam que a “construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhada da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária, recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstrução nacional e social do país.”

O 10º falava, também, de um “conjunto de reformas econômicas e políticas radicais, a serem realizadas por um novo governo apoiado por ampla coalizão de forças políticas e sociais. A aplicação dessas reformas terá um efeito profundamente desestabilizador sobre o capitalismo realmente existente no Brasil. Para desencadear essa ofensiva reformadora será necessária nova relação de forças na sociedade, condição para que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem com êxito a questão do poder (...) mudar a sociedade para chegar ao governo”.

Tanto no 11º Encontro (1997) quanto no II Congresso (1999), a “revolução democrática” era apresentada como um “longo processo”, capaz de “construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento”.

De 1995 em diante, há uma mudança na estratégia e na própria maneira de abordar o debate estratégico. Transita-se de uma estratégia de conquista do poder, para a construção de um “projeto” que contraponha, ao neoliberalismo, os “valores do socialismo”.

Sem hierarquizar importâncias, nem estabelecer uma cronologia, podemos citar as seguintes alterações:

a) o progressivo abandono do socialismo como objetivo estratégico, em favor da luta contra o neoliberalismo (não mais contra o capitalismo). O próprio PT foi deixando de se apresentar publicamente como um partido socialista;

b) o acelerado abandono do conceito de “revolução”;

c) vulgarizou-se o uso do conceito governo democrático-popular, em detrimento do sentido estratégico com que o termo era utilizado nas resoluções do 5º Encontro; Prefeituras e governos estaduais passaram a receber esta denominação. E “governo democrático-popular” passou a ser visto, cada vez mais, como sinônimo de “governo Lula”.

Nas condições da eleição presidencial de 1989, isso parecia não introduzir nenhum tipo de problema insolúvel. De 1994 em diante, entretanto, este reducionismo contaminou o conceito com as crescentes limitações presentes na conjuntura dos anos 1990, facilitando ademais uma crescente confusão entre a tática e a estratégia.

A opção feita pelo Partido, mais exatamente pelo grupo majoritário no PT a partir de 1995, foi substituir a estratégia democrático-popular original, por uma estratégia de tipo eleitoral, baseada num arco de alianças de centro-esquerda, em torno de um programa anti-neoliberal, supostamente inspirado nos valores do socialismo.

Esta nova estratégia visava vencer as eleições presidenciais, não para dar início à uma “transição democrática e popular rumo ao socialismo”, mas para realizar um governo antineoliberal.

É neste ponto que o PT começa a aderir a uma versão da estratégia “etapista”, por ele anteriormente condenada. Esta adesão se materializava: a) na defesa de uma aliança estratégica com um setor do capital, supostamente contra o neoliberalismo; b) na defesa implícita de sucessivos governos de centro-esquerda, tendo como perspectiva governos cada vez mais progressistas, até que supostamente teríamos um governo democrático e popular e uma correlação que tornaria possível recolocar o socialismo na agenda política do país.

A “estratégia de centro-esquerda” orientou a ação do PT, desde 1995 até a eleição de Lula, em 2002. Como esta política subordinava nossos objetivos estratégicos aos táticos, não surpreende que a vitória de 2002 tenha sido acompanhada de um compromisso com o capital financeiro.

Em nome deste compromisso, expresso na “Carta aos Brasileiros”, o PT foi convocado a defender uma política de juros altos, superávit primário e pagamento em dia das

dívidas financeiras. Esta política impossibilitou o governo de fazer mudanças profundas, previstas tanto no programa do Partido quanto no programa da coligação de governo, inclusive o crescimento acelerado da economia.

Como resultado disto, mas também de outras variáveis, o governo perdeu pouco-a-pouco a iniciativa política, até o momento em que as forças da direita passaram à ofensiva geral contra nós.

A única maneira de preservar o governo foi, como vimos no segundo turno, lançar mão de uma política de contraponto de classes e de programa. Política de contraponto que, no limite, é contraditória com a "estratégia de centro-esquerda".

Resumidamente: a "estratégia de centro-esquerda" não impediu a conquista do governo federal em 2002. Mas impossibilitou a superação da hegemonia do capital financeiro, quase nos fez perder o governo em 2005 e poderia ter produzido nossa derrota nas eleições em 2006.

Por tudo isso, até para dirigir este governo de centro-esquerda, o PT precisa de uma estratégia de esquerda.

A recomposição da esquerda brasileira

Os acontecimentos do primeiro mandato de Lula, somados aos efeitos prolongados da crise do socialismo e da hegemonia neoliberal, desarranjaram a esquerda brasileira.

Depois de vários anos hegemônica pelo PT e pelo objetivo de conquistar o governo federal, a esquerda brasileira iniciou um processo de dispersão, que se manifestou nas seguintes variantes:

- a) o "possibilismo", em nome do qual se defende o apoio a toda e qualquer ação do governo, sem mediações, sem crítica e sem autonomia por parte dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais;
- b) o "possibilismo" ultra-radical, defendido inclusive por alguns setores do PT, que buscam construir uma ponte com o PSDB. Esta ponte tem entre seus pilares um conjunto de idéias liberais que foram sendo incorporadas por intelectuais, dirigentes e militantes do partido, ao longo dos anos 1990;
- c) o "movimentismo", para quem os processos eleitorais estariam "superados", motivo pelo qual propõem uma estratégia de acúmulo de forças que subestima ou desconsidera o papel das eleições e dos governos;
- d) o "esquerdismo eleitoreiro", que nas eleições de 2006 optou por um discurso udenista;
- e) a "despetização", defendida por vários setores da coligação, com o propósito de constituir uma alternativa ao PT, tanto na sustentação do governo Lula, quanto na eleição de 2010;
- f) o fenômeno do "lulismo".

Petismo e lulismo

Na história do Brasil, esta não é a primeira vez que uma liderança política adquire caráter extremamente massivo. Foi este o caso do prestismo, do varguismo e do brizolismo, à esquerda. Mas foi também o caso do janismo, do ademarismo e do malufismo, à direita.

A consistência deste fenômeno, no caso de Lula, possui duas grandes explicações: a existência do Partido dos Trabalhadores, que sustentou politicamente suas cinco candidaturas a presidente da República; e as realizações e significados materiais e simbólicos do governo Lula.

Na história da esquerda brasileira, bem como na história da esquerda latino-americana, lideranças de massas como Lula sempre mantiveram uma relação contraditória com os partidos políticos.

Há pontos de tensão entre o "lulismo" e o "petismo". Admitir estes pontos de tensão é necessário, seja para evitar o antagonismo entre o petismo e o "lulismo", seja para evitar a submissão do petismo ao "lulismo".

Milhões de brasileiros e brasileiras têm na adesão a Lula sua primeira e principal manifestação de consciência de classe. Devemos criar mecanismos que levem estas multidões a se engajar nas organizações coletivas, como os sindicatos e movimentos sociais.

Por outro lado, há milhares de militantes que colocam sua ligação com Lula acima de seu compromisso com o Partido e outras formas de organização coletiva. De maneira pedagógica e firme, devemos convencer estes militantes que um projeto coletivo não pode se organizar em torno de uma pessoa. E que o Partido é um projeto coletivo que deve ser preservado acima de tudo e de qualquer um.

Da mesma forma como nosso primeiro mandato presidencial contribuiu para desarranjar a esquerda, a campanha do segundo turno mostrou que há potencial e meios de "rearranjar". Mas isso exigirá, entre outras coisas, que nosso segundo mandato corresponda à política aplicada, em particular no segundo turno.

Exigirá, também, que todo o PT compreenda que, *com a posse do governo --portanto, de parte importante do poder do Estado-- a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas*. Palavras do 6º encontro nacional do PT, que continuam atuais.

A organização do povo

Uma das tarefas fundamentais do segundo mandato Lula é a criação das condições macro-econômicas necessárias ao fortalecimento econômico, social, cultural e político das classes trabalhadoras.

Todos conhecemos o imenso impacto que tiveram, nas condições de vida, na visão de mundo, no ânimo e na organização político-sindical dos trabalhadores, os fenômenos históricos ocorridos nas últimas décadas, entre os quais destacamos:

a) as mudanças objetivas ocorridas no processo produtivo, com destaque para a ampliação do exército industrial de reserva, do desemprego estrutural e das formas precarizadas de contratação da força de trabalho. Estas mudanças objetivas foram acompanhadas de um rebaixamento na ação sindical, inclusive dos sindicatos cutistas;

b) as alterações ocorridas na distribuição da riqueza nacional, inclusive a retração das políticas sociais. O empobrecimento resultante impactou também o comportamento dos setores médios, fazendo crescer atitudes de auto-defesa (condomínios fechados, segurança privada, literatura de auto-ajuda), geralmente voltadas contra as camadas mais pobres;

c) a crise do socialismo, que enfraqueceu política e ideologicamente as lutas populares no mundo, reforçando a hegemonia do pensamento conservador e favorecendo a disseminação, entre os trabalhadores, de uma cultura baseada na primazia do indivíduo sobre a coletividade, do privado sobre o público, da competição sobre a solidariedade.

d) o crescimento da influência político-ideológica, em setores da classe trabalhadora, não apenas dos meios de comunicação de massa e dos aparatos educacionais de Estado, mas também do crime organizado e das igrejas de inspiração norte-americana. Ao mesmo tempo, organizações tradicionais, como os sindicatos e os partidos, viram um decréscimo na sua militância voluntária.

Nos anos 1990, estes e outros fenômenos, associados ao padrão de acumulação capitalista conhecido como neoliberalismo, contribuíram para o processo de desorganização das forças da classe trabalhadora, não apenas no terreno da produção, mas também nos demais terrenos da vida social. Por exemplo, os laços comunitários, que constituem um ponto de apoio para a luta dos trabalhadores, foram profundamente afetados pelas políticas neoliberais.

As alterações no programa e na estratégia do PT, ocorridas ao longo dos anos 1990, constituíram, ao menos em parte, tentativas de responder a estes fenômenos. Mas essas respostas, embora tenham ajudado na sobrevivência do PT, também provocaram um rebaixamento político e ideológico do Partido.

É o caso, por exemplo, das transformações organizativas, com as quais se tentou contornar, com mudanças no estatuto e no funcionamento partidário, o fenômeno de redução da militância voluntária.

É o caso, igualmente, da valorização programática da chamada "utopia concreta", em contraposição ao supostamente abstrato socialismo científico.

Uma observação atenta ao que se passava na periferia das grandes cidades bastaria para demonstrar que crescia o público freqüentador dos cultos evangélicos. Portanto, não necessariamente o problema estava nas fronteiras ou na disciplina supostamente rígidas do Partido, nem tampouco no grau de abstração do objetivo socialista.

O Movimento Sem Terra, nascido em meados dos anos 1980, cresceu muito exatamente nos anos 1990, em parte devido a sua composição social, mas em parte também porque investiu numa política de organização extremamente militante.

É preciso lembrar que a relação do Partido com a classe trabalhadora não se resume à sua relação com os chamados movimentos sociais. Há que se considerar outros níveis

de relação: a) entre governos dirigidos pelo Partido e a classe trabalhadora; b) entre parlamentares do PT e suas bases eleitorais; c) entre o Partido como um todo e o eleitorado trabalhador, nas várias etapas das campanhas, inclusive no horário eleitoral gratuito; d) a relação resultante da ação das instâncias partidárias e, também, da ação individual dos militantes.

Partido e movimentos

Organizar o povo é muito mais que do que organizar os movimentos sociais. Contudo, a relação do PT com os movimentos sociais é um tema central e permanente nas diretrizes programáticas, nas resoluções e no discurso partidário – até porque grande parte da militância que se organizou no Partido dos Trabalhadores surgiu para a vida política nas lutas sociais ocorridas no final dos anos 1970 e em grande parte dos anos 1980. Naquele período, as fronteiras entre os adeptos da Igreja popular, o movimento social e o Partido eram muito fluidas. Daí a idéia corrente de que “o PT nasceu dos movimentos sociais”.

Hoje, muitos setores consideram que teria havido um “afastamento” do Partido em relação aos movimentos sociais. Nesta idéia, misturam-se pelo menos três questões diferentes.

A primeira refere-se ao papel que a luta social passou a ocupar (ou deixou de ocupar) na estratégia do PT. A esse respeito, nos anos 1990 ocorreu uma dupla mudança: de um lado, a rejeição (majoritária) a qualquer tipo de estratégia revolucionária de conquista do poder; por outro lado, nos marcos de uma estratégia não-revolucionária, a ênfase na disputa eleitoral, em detrimento da luta social.

A segunda questão diz respeito à alteração efetiva que essa mudança na estratégia petista produziu nas relações entre o Partido e os movimentos sociais.

Se considerarmos o período que vai até a primeira eleição de Lula, veremos que essa alteração não conduziu a uma ruptura, nem a um distanciamento indiferente. Militantes petistas (de diferentes correntes, mas na maioria das vezes ligados à então corrente majoritária do Partido) mantiveram, ao longo dos anos 1990, a hegemonia direta ou indireta sobre os principais movimentos sociais do país.

Aliás, os militantes dos movimentos sociais, quando não as organizações populares oficialmente, apoiaram a candidatura Lula e, muitas vezes, também candidaturas do PT a governos e parlamentos, nas principais eleições ocorridas nos anos 1990.

A posse de Lula na presidência da República abriu uma nova situação, onde a relação passou a envolver três partes: os movimentos, o Partido e o governo federal. Durante 2003 e 2005, ocorreu um progressivo distanciamento e começam a surgir sinais de ruptura por parte de alguns setores da classe trabalhadora, como por exemplo, parcelas do sindicalismo de funcionários públicos.

A terceira questão refere-se ao nível real de mobilização dos movimentos sociais, que não podem e não devem ser resumidos ou confundidos com a militância política que os impulsiona. A idéia de que existiria um “afastamento” entre o Partido e os movimentos traz consigo, muitas vezes, a ilusão de que a deflagração de um forte movimento social só não ocorre porque o PT não adota essa orientação, ou até mesmo, conscientemente, trabalha para desmobilizar os movimentos.

O descenso das lutas sociais possui causas históricas objetivas. É preciso evitar uma leitura superestimada da capacidade de mobilização social. Assim como é preciso não subestimar a importância, nesse período de descenso, da “proteção institucional” que a existência do PT e sua força institucional garantiu a esses movimentos.

Essa subestimação é comum entre aquelas correntes da esquerda brasileira que exaltam o papel dos movimentos sociais, em contraposição aos partidos políticos. Tal postura “movimentista” parte de uma crítica radical aos partidos realmente existentes, acabando por negar toda e qualquer forma de organização partidária, jogando fora com a água do banho as formulações acerca de questões centrais da política: a estratégia, a tática, o papel do partido político na luta pelo poder, as questões relativas ao exercício do governo e as eleições.

Nos debates estratégicos sobre a relação do PT com os movimentos sociais estão presentes hoje, no interior do Partido, pelo menos quatro abordagens distintas;

a) a que vê a disputa eleitoral e o exercício de mandatos (parlamentares e executivos) como o centro da estratégia partidária, tratando os movimentos sociais como “força auxiliar”;

b) a que vê o sucesso da disputa eleitoral e do exercício de mandatos como dependente da força e da mobilização simultânea dos movimentos sociais;

c) a que considera que a luta social autônoma é o caminho da conquista do poder, tendo na luta eleitoral e no exercício dos mandatos um ponto de apoio;

d) a que entende que a luta social e a luta eleitoral-institucional constituem diferentes dimensões da luta econômica ou político-econômica dos trabalhadores contra os capitalistas, podendo se transformar, sob determinadas condições, em ponto de apoio para a luta pelo poder.

Nós estamos entre os que consideram que a luta social e a luta eleitoral-institucional constituem diferentes dimensões da luta de classes. Neste sentido, consideramos fundamental que a estratégia do Partido tenha entre seus eixos uma política permanente de atuação nos movimentos sociais.

Nos últimos anos, parte importante da direção partidária deixou de dar importância para a organização e para a luta social de massas, fatores que haviam fornecido uma das bases da fundação do Partido, no início da década de 1980.

O PT deve retomar, como uma de suas prioridades, a luta de massas, organizando a classe trabalhadora no Partido e nos movimentos sociais.

Ao destacar a importância da luta de massas e dos movimentos sociais, não nos colocamos entre aqueles que se organizam em torno das posições “movimentistas” acima referidas, negando a importância da luta institucional.

Defendemos que os petistas devem participar ativamente dos movimentos sociais, integrando suas organizações e engajando-se nas suas mobilizações e lutas. Em nossa concepção, esse enfrentamento cotidiano é fundamental para o processo de acúmulo de forças, seja no que se refere ao aumento imediato da força política e social dos trabalhadores, seja no que diz respeito à ampliação da consciência de classe e à conquista de posições na luta ideológica.

Os reflexos da primeira eleição de Lula

Em 2002, logo após a primeira eleição de Lula ao governo federal, ficou claro que a relação entre o PT e os movimentos sociais iria enfrentar problemas adicionais, semelhantes aos que já havíamos vivenciado no caso de muitos governos municipais e estaduais petistas, o que poderia levar a uma perda de influência do Partido nos movimentos sociais.

Essa perda de influência tem relação com: a) a ida de quadros dirigentes do movimento para a “máquina” do governo; b) a falta de sensibilidade política de setores do governo na relação com seus aliados do movimento social; c) o crescimento de lideranças opositoristas – à esquerda e à direita – nos confrontos travados pelo movimento contra o governo; d) a falta de compreensão, por parte de alguns dirigentes do movimento social, do significado estratégico de um governo comprometido com as lutas democráticas e populares.

Neste novo quadro, defendíamos que seria preciso reforçar a condução política, a formação ideológica e a organicidade dos movimentos sociais. Pois seríamos chamados, simultaneamente, a enfrentar os que – contrários ao atendimento das reivindicações populares – acusariam os movimentos sociais combativos de estarem contra o governo popular; bem como os que endeusariam todo e qualquer movimento social, desconsiderando o novo quadro aberto no país.

Nesse sentido, defendíamos que os movimentos sociais assumissem uma posição autônoma com relação ao governo, para serem capazes tanto de apoiar e dar respaldo social às ações governamentais com caráter democrático e popular, quanto de continuar lutando por suas reivindicações históricas, cujo horizonte certamente transcende aquele da ação e da duração do exercício dos mandatos institucionais. De fato, considerávamos mesmo fundamental que os movimentos permanecessem reivindicando vivamente suas demandas, para fornecer o necessário contraponto aos grande capital e seus diversos representantes, que certamente buscariam incidir de todas as formas nos rumos do governo.

Quando o governo Lula estava em vias de completar seu primeiro ano e começavam a se manifestar de forma mais aguda as contradições do primeiro mandato, sobretudo no que se refere à continuidade da política econômica e às consequências dessa opção para as áreas sociais, constatávamos que a avaliação feita anteriormente, sobre as dificuldades que enfrentaríamos no que se refere aos movimentos sociais, estava correta.

Também verificávamos que o incremento da mobilização social, naquele cenário, passava por conseguir galvanizar as esperanças depositadas em Lula, organizando os setores populares não contra o governo, mas a seu favor. Em outras palavras: esse era o nosso governo, o governo que os movimentos elegeram; portanto, nada mais justo e natural que agora cobrássemos dele o atendimento de nossas reivindicações. Essa idéia encaixava-se no contexto da luta mais geral que travávamos, então, por mudanças nos rumos do governo Lula.

Correspondia, também, à idéia de que a construção de um poder político, social e ideológico independente do Estado exige um enorme investimento na construção de uma cultura socialista de massas; a construção de fortes movimentos e lutas sociais; e o fortalecimento de uma estratégia socialista e revolucionária, que deveria se materializar nas organizações partidárias.

O segundo mandato de Lula e os movimentos sociais

Se grande parte das entidades organizadas do movimento social já havia apoiado Lula desde o primeiro turno, o segundo turno aglutinou os principais setores do movimento social em torno desta candidatura. Afinal, não havia qualquer dúvida, para a maioria dos ativistas, acerca do que significaria, para o movimento social organizado, um retorno ao poder do bloco PSDB-PFL. As questões sociais voltariam a ser tratadas a ferro e fogo, e o clima de diálogo e negociação instaurado no governo Lula seria substituído por uma política de criminalização de suas entidades, lideranças e militantes.

Passada a eleição, que representou sem dúvida uma vitória para os setores democrático-populares, é preciso agora avaliar que papel poderão e deverão jogar os movimentos sociais, para que o segundo mandato seja efetivamente superior ao primeiro.

Não obstante os avanços em algumas áreas, não foram poucos os erros cometidos durante o primeiro mandato na relação do governo com os movimentos sociais. A hegemonia das posições “monetaristas” na condução da política econômica, sobretudo entre 2003 e 2005, resultou na frustração da expectativa de atendimento a diversas demandas sociais.

Por outro lado, parte das direções das entidades organizadas confundiu o apoio – legítimo e necessário – dado ao governo Lula, com uma renúncia à condição autônoma dos movimentos sociais. As posições críticas ao governo, quando não eram rechaçadas como sendo “munição ao inimigo”, eram formuladas de maneira muito tímida.

Já assinalamos o equívoco de tal posição. Primeiro, porque a autonomia das entidades dos movimentos sociais frente aos governos é condição vital para a manutenção de sua legitimidade junto à base que representa. Segundo, porque dado o caráter de coalizão que o governo assumiu, tratava-se justamente de disputar seus rumos, o que só poderia ser feito, do ponto de vista dos trabalhadores, a partir de sua organização coletiva e de sua mobilização social.

É claro que a autonomia dos movimentos sociais não deve ser confundida com uma independência política total e irrestrita. Se queremos que os movimentos sociais sejam parte integrante da luta mais geral pela emancipação da classe trabalhadora, então eles precisam ser capazes de, a cada momento histórico, levar em conta não só as demandas imediatas, mas também os aspectos mais gerais da conjuntura e as conseqüências táticas e estratégicas de suas ações. Foi essa compreensão, aliás, que fez com que diversas entidades decidissem apoiar um candidato na disputa presidencial.

Os equívocos cometidos pelo governo e por parte das direções dos movimentos sociais, somados ao tensionamento promovido pelas posições de ultra-esquerda que já conviviam conosco no interior de grande parte das entidades, resultaram em uma perda de influência do PT sobre parcelas do movimento social. Essa perda, entretanto, não foi suficiente para que o partido deixasse de ser o principal representante político dos movimentos sociais, condição que mais uma vez ficou demonstrada durante o recente processo eleitoral.

Alguns setores que militavam historicamente na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na União Nacional dos Estudantes (UNE) romperam com essas entidades, pretextando sua “capitulação” e a “traição” de seus dirigentes. Propuseram-se a construir novos aparatos, supostamente dirigidos pelos “verdadeiros representantes da classe trabalhadora”.

Temos a convicção de que a divisão das organizações dos trabalhadores, além de não solucionar nenhum dos problemas postos hoje para a nossa luta – tais como descenso das mobilizações em razão do neoliberalismo, a hegemonia das idéias moderadas na base social dos movimentos e o “governismo” de certos setores dirigentes --, cria alguns problemas adicionais, como o enfraquecimento do poder de enfrentamento dos movimentos sociais, o acirramento das disputas internas em prejuízo das lutas contra nossos verdadeiros inimigos de classe e o descrédito que é semeado entre os trabalhadores com relação a suas entidades representativas.

Os rumos do segundo mandato do governo Lula e a posição do PT nesse processo terão um peso fundamental na definição futura de nossa relação com os movimentos sociais.

As dificuldades e erros cometidos no primeiro mandato também serviram para reforçar a posição daqueles que acreditam que todos os males advém da disputa e da conquista do poder institucional, cultivando, em contrapartida, uma visão quase idílica dos movimentos sociais. Segundo esta visão, os governos e parlamentos seriam o reino do vício, em contraste com os movimentos, nos quais repousaria a virtude. O poder institucional seria corruptor; a luta dos movimentos sociais seria redentora. As decisões tomadas pelos integrantes do movimento social seriam, assim, intrinsecamente boas.

Já expressamos nossa discordância com relação a essa visão. Movimentos sociais, partidos e governos cometem erros e acertos. Podem fazer a luta avançar ou retroceder. Em todas essas formas de organização política, encontramos profundas contradições. E a luta da classe trabalhadora só pode obter sucesso se conseguir articular essas diversas dimensões.

Na prática, o “movimentismo” significa uma renúncia à possibilidade de assumir o poder político efetivo em uma sociedade. Significa, também, abrir mão de posicionar-se nos momentos em que a face mais aparente da luta de classes é a que se revela nas disputas eleitorais-institucionais, como foi o caso recente da campanha pela reeleição do governo Lula.

Entretanto, apenas criticar tais posição não resolverá o problema. O fato é que o segundo mandato precisa estar mais sintonizado com as demandas dos movimentos sociais. Como ficou demonstrado durante o segundo turno, é com essa base de sustentação política que o governo poderá contar, seja para propor as mudanças de que o país precisa ou para enfrentar a sanha daqueles que, tendo perdido as eleições, continuarão buscando derrotar de todas as formas possíveis o representante eleito pelos “de baixo”.

Não temos dúvida, também, de que a classe dominante prosseguirá tentando intervir nos rumos do governo Lula – e os expedientes de que ela dispõe para isso não são poucos. Portanto, será tarefa dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda manterem-se organizados e mobilizados, cobrando do governo seus compromissos

com a diminuição das desigualdades sociais, a distribuição de renda e a ampliação dos direitos para os setores populares.

O que se abriu com a vitória de Lula, para os setores organizados da classe trabalhadora, foi sobretudo um novo período de lutas e possibilidades de conquistas sociais.

Para potencializar a ação dos movimentos sociais, suas entidades representativas devem trabalhar para manter o espírito de mobilização que caracterizou o segundo turno das eleições, propondo inclusive pautas comuns, que possam articular as diversas lutas específicas e ampliar o universo de ativistas envolvidos.

Das iniciativas existentes para manter acesa essa mobilização e a articulação das entidades que dirigem os movimentos sociais, merece especial atenção a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), por ser hoje aquela que reúne as principais organizações do movimento no país.

Composição e disputa de rumos do governo Lula

O segundo governo Lula começa em condições melhores do que o primeiro. A conjuntura internacional é mais favorável; a correlação de forças nacional é melhor; e a esquerda adquiriu muita experiência, tanto política quanto administrativa, ao longo destes quatro anos.

Por outro lado, a nova Câmara dos Deputados, apesar de renovada em torno de 48%, não sofreu grande mudança do ponto de vista partidário em relação às bancadas atuais, assim como não houve alteração substancial da correlação de forças frente a existente na atual legislatura.

O PT, que diminuiu de 91 para 83 deputados, será a segunda maior bancada na Câmara. Muito próximo à maior bancada, que é do PMDB, com 89 parlamentares.

Já o PFL foi um dos principais perdedores desta eleição, elegendo 19 deputados a menos, caindo de 84 para 65 deputados. E o PSDB, que tinha nesta legislatura 71 deputados, terá em 2007 somente 66.

Quanto ao perfil socioeconômico, dos 513 parlamentares que assumem o cargo em 2007, 165 declararam ter patrimônio superior a R\$ 1 milhão. Aliás, a segunda maior representação na Câmara é formada pelos empresários, no total de 121.

A conformação ideológica da nova Câmara, a julgar pela formação e fonte de renda, tende a ser ainda mais liberal, o que pode aumentar a pressão por "reformas" conservadoras.

No Senado, instituição onde a renovação é mais lenta, devido principalmente aos oito anos de mandato, a oposição continuará majoritária.

Por outro lado, a maioria dos governadores de estado que tomará posse no dia 1º de janeiro, apoiou e/ou recebeu o apoio de Lula.

Lula inicia o segundo mandato com um amplo apoio nos estados. Dos 27 governadores eleitos, 16 apoiaram sua reeleição no primeiro turno e/ ou segundo turno das eleições

O PT subiu de três para cinco governadores: Acre, Bahia, Pará, Piauí e Sergipe. Nosso partido, ao derrotar o candidato do PFL, o governador Paulo Souto, rompeu um domínio de 16 anos do "carlismo" no governo estadual. No segundo turno, o PT também venceu no maior colégio eleitoral da região Norte, pondo fim à hegemonia do PSDB, que há 12 anos governa o Pará.

Entre os partidos aliados, o PMDB ficou com sete governadores e o PSB com três. Aliás, o PSB conseguiu superar a cláusula de barreira, com a eleição de mais de 5% dos deputados federais. No primeiro turno elegeu o governador do Ceará, Cid Gomes. No segundo turno, o PSB derrotou o PFL em Pernambuco e venceu as eleições no Rio Grande do Norte.

Principais partidos da oposição, o PSDB elegeu seis governadores e o PFL conseguiu apenas o Distrito Federal.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney não conseguiram reeleger seus apadrinhados políticos, apesar de dominarem praticamente todos os meios de comunicação da Bahia e do Maranhão, respectivamente.

No Maranhão, a derrota de Roseana põe fim a 40 anos da família Sarney no poder. Ao contrário do presidente Lula no estado, o PT local apoiou o candidato do PDT, Jackson Lago.

Os tucanos conseguiram manter os dois maiores colégios eleitorais do país: São Paulo e Minas Gerais. Venceram, também, no Rio Grande do Sul, Paraíba, Alagoas e Roraima.

Melhores condições

Apesar dos erros cometidos durante o primeiro mandato, em particular apesar dos efeitos deletérios do palocismo, o segundo mandato de Lula assume em condições econômicas e administrativas melhores.

Aqueles erros foram, no fundamental, os seguintes:

- a) uma estratégia geral de conciliação de classe e coexistência pacífica com a hegemonia neoliberal, baseada na tese de que "melhor um mau acordo do que uma boa briga".
- b) uma política de "governabilidade institucional", baseada principalmente na construção de maiorias congressuais, subestimando o caráter estratégico da "governabilidade social";
- c) uma política econômica que não tocou na hegemonia do capital financeiro, mantendo altas taxas de juros e enorme superávit primário, priorizando o serviço das dívidas públicas e contingenciando pesadamente o orçamento da União. Esta política, reveladora da influência do pensamento neoliberal em importantes setores do governo, está na base de erros como o da reforma da previdência, que dividiu nossa base social, pondo a perder o momento em que poderíamos unificar esta base na execução de reformas populares;
- d) um forte viés compensatório nas políticas sociais e a não realização de reformas estruturais;

- e) uma política de comunicação tradicional, que não trabalhou para democratizar profundamente a comunicação social;
- f) a transformação do Partido em correia de transmissão do governo;
- g) a adoção de uma política de financiamento similar a vigente nos partidos tradicionais.

Estes e outros erros criaram um ambiente propício ao ataque da direita contra nós, ataque que quase nos afastou do governo e desmontou o partido.

Nas eleições de 2006, a maioria do povo nos deu uma "segunda chance". Obtivemos este apoio por vários motivos, entre os quais as realizações positivas de nosso governo, no âmbito da política externa, na recomposição do Estado e na execução de algumas políticas sociais. Pesou, também, a memória do que foi a "era FHC", os erros políticos da oposição conservadora e os acertos de nossa campanha, especialmente no segundo turno.

Vencemos as eleições. Mas se repetirmos os erros do primeiro mandato, por exemplo fazendo uma nova "reforma" previdenciária e/ou mantendo a política monetária, não haverá "terceira chance".

Por isto precisamos inclinar significativamente o governo à esquerda, ampliando a organização e mobilização social e criando os meios para combater a hegemonia da direita no campo da cultura e da comunicação de massa.

Além disso, precisamos reorganizar o PT e articular as forças políticas e sociais à esquerda, buscando uma relação diferenciada entre PT, PCdoB e PSB, no interior da coalizão de governo.

Um governo democrático-popular, na situação atual do Brasil e do mundo, é aquele que impulsiona uma política econômica desenvolvimentista e popular. Acelera a integração continental. Amplia as políticas sociais. Trabalha pela reforma política. Democratiza a comunicação brasileira, para o que é fundamental a criação de uma TV pública nacional. E, principalmente, opera para quebrar a hegemonia do capital financeiro e pela realização de reformas estruturais, ações que poderão transformar nosso segundo mandato no início de um novo ciclo de desenvolvimento para o país.

Noutras palavras, nosso objetivo para o período 2007-2010 é fazer do segundo mandato de Lula um momento de consolidação das bases de um ciclo longo de desenvolvimento democrático-popular para o Brasil.

Trata-se, portanto, de disputar os rumos do governo. Mas aprendendo com os ensinamentos do primeiro mandato, entre os quais:

- a) quem mais tem disputado os rumos do governo é a burguesia. O faz, direta ou indiretamente, através dos meios de comunicação, através de governos estrangeiros, através do congresso nacional e dos governadores de estado, através de setores da alta burocracia estatal, através do judiciário e através, inclusive, de aliados que possui na situação, inclusive no interior do PT;
- b) a disputa dos rumos do governo, por parte da esquerda, ocorre tanto publicamente, quanto discretamente; tanto no Partido, quanto nos movimentos

sociais; tanto no parlamento quanto no interior do próprio governo e nos meios de comunicação;

c) nessa disputa, está em jogo tanto a orientação política geral do governo, quanto cada política setorial, passando pela política econômica e pela comunicação de governo;

d) a disputa de rumos não começa nem se resume a indicação e ao atuar dos ocupantes dos cargos governamentais.

e) a ação do governo federal não é o único elemento relevante da conjuntura nacional.

Na atual conjuntura, nosso principal objetivo é fazer com que a linha do segundo turno prevaleça no segundo mandato. Isso passa por implementar as idéias centrais do programa de governo: crescimento econômico com distribuição de renda, ampliação das políticas sociais com ênfase na educação, democratização com ênfase na reforma política e na comunicação social, soberania externa com ênfase na integração continental.

Das muitas ações e metas expostas no programa de governo, destacamos três esferas fundamentais: a política econômica, as políticas sociais e a política de comunicação.

A política econômica precisa combinar crescimento com forte distribuição de renda, o que deve pautar a escolha dos ministros da área, bem como do presidente do Banco Central.

Os "ministérios sociais" devem ser reforçados, sendo necessário preparar a transição da política compensatória para as políticas sociais permanentes e destas para as grandes reformas estruturais, com destaque para as reformas agrária e urbana.

O governo deve investir pesadamente na democratização da comunicação social, através da incrementarão da Radiobrás e do investimento na construção de uma TV pública nacional, numa política distinta da "gestão Globo" conduzida pelo peemedebista Hélio Costa.

Estas três ações definirão, em grande medida, o sucesso ou o insucesso estratégico do segundo mandato Lula.

Uma agenda para democratizar a mídia

A mídia global é hoje dominada por poucos conglomerados transnacionais, que controlam diversas plataformas (TV aberta, por cabo e satélite, rádio, imprensa, telecomunicações e Internet), avançando sobre os sistemas de mídia de todo o mundo.

Estes conglomerados combinam o poder oriundo do domínio do fluxo internacional de informação, com o lucrativo mercado da indústria da cultura.

No caso do Brasil, o avanço destes grupos, representados pelas empresas de telecomunicações, convive com um sistema caracterizado pela concentração da propriedade em seis redes nacionais, que detém 80% de todas as emissoras de rádio e TV do país, meios que atingem mais de 90% dos lares brasileiros.

Estes grandes grupos que comandam a produção de conteúdo fazem aliança com monopólios locais, que detêm a retransmissão desta programação, além de outros meios como rádios e jornais.

Este quadro é sustentado pela legislação do setor, datada de 1962, e pela Constituição Federal, que estabelece empecilhos à não renovação das concessões, perpetuando a propriedade de quem já tem.

Quando não responde aos interesses dos empresários de rádio e televisão, a legislação não é cumprida. Exemplo são os artigos da mesma Constituição que proíbem o monopólio no setor (artigo 220); estabelecem como finalidades para a produção de conteúdo a arte, a cultura, a produção regional e a educação; e estabelecem a divisão da área em três sistemas: o privado, o público e o estatal.

A regulamentação destes artigos é um ponto de partida fundamental para democratizar as comunicações no país, idéia que está baseada no direito da população ter meios e condições para se informar, se expressar e ser ouvida.

Para isso, uma tarefa fundamental é resolver a confusão entre os sistemas estatal e público, garantindo sua existência e fazendo cumprir seus diferentes papéis. O primeiro deve servir como meio legítimo de difusão das informações de interesse dos três poderes que compõem o Estado, nos três níveis da Federação.

Já o sistema público deve produzir conteúdos de finalidade educativa, cultural e artística e dar voz às expressões diversas da sociedade organizada com autonomia e gestão participativa.

O sistema privado, já consolidado na figura dos meios comerciais, deve ser alvo de efetivo controle contra o monopólio, a exemplo de outros países, e deve ser também alvo de políticas que introduzam reservas de programação independente e regionalizada.

A realização de todas estas tarefas deve observar o processo de convergência tecnológica e a necessidade de garantir o acesso da população aos meios de se informar e produzir, seja nas plataformas tradicionais (rádio, TV e imprensa) ou nas mais modernas (Internet).

Soma-se a isto a luta pela livre circulação da informação, expressa na disputa pelo uso de software livre contra o monopólio da Microsoft e pela luta contra as restrições no plano da propriedade intelectual.

Segundo governo Lula: cumprir a agenda histórica

O período que vai da crise política de 2005 até a eleição de Lula foi marcado, entre outras coisas, pela emergência do debate sobre o papel da mídia na sociedade brasileira.

Lideranças do governo, jornalistas da chamada grande mídia, dirigentes petistas e o próprio presidente da República defenderam a democratização das comunicações no Brasil.

Um dos grandes desafios colocados para o segundo mandato é transformar este sentimento em ação.

Neste sentido, é fundamental combater o argumento segundo o qual os problemas de cobertura durante a gestão Lula e durante as eleições presidenciais resultam ou de "desvios" do bom jornalismo ou de um suposto mau tratamento que Lula e o núcleo palaciano teriam dado aos veículos da chamada grande mídia.

A postura anti-Lula e, principalmente, anti-PT é consequência de uma opção política da classe dominante, que domina a mídia de massa no país.

Nosso ponto de partida é o programa setorial de governo para a área de "Comunicação e Democracia", disponível no sítio do PT.

O programa aponta para o estabelecimento de um novo modelo institucional para a área, voltado para garantir a pluralidade e diversidade de meios e conteúdos em um cenário de convergência, defendendo políticas para fortalecer os sistemas democráticos de mídia, sobretudo meios públicos e comunitários, visando fortalecer a parte não-comercial da cadeia produtiva audiovisual, sonora e impressa brasileira.

Em termos mais concretos, isso significa priorizar no próximo ano a elaboração da Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica.

Esta lei deve cumprir a demanda histórica de regulamentar os capítulos da Constituição Federal, sobretudo nos dispositivos que proíbem o monopólio no setor, prevêem a complementaridade dos sistemas estatal, público e privado e estabelecem como finalidades do conteúdo transmitido a educação, a cultura e a divulgação das realidades regionais.

Este novo arcabouço legal deve garantir a diversificação de conteúdos e a entrada de novos atores na TV e no Rádio, subordinando, inclusive, o processo já em curso de digitalização da televisão e do rádio.

No plano do fortalecimento dos sistemas e veículos não-comerciais, o governo deve assumir de forma concreta o compromisso de encaminhar as resoluções do fórum de tevês públicas, sobretudo na proposição de criação de um fundo público para financiar estes meios e no intento de transformar a Radiobrás e a TVE em uma genuína cabeça-de-rede pública com autonomia e gestão participativa. Parte desta rede passaria a desempenhar papel efetivamente estatal, como é o caso da NBR, no comando de uma rede de Retransmissoras Institucionais (RTVIs) a ser multiplicada pelo país.

Outro compromisso do segundo mandato deve ser corrigir o injusto quadro de repressão aos veículos comunitários, descriminalizando a prática deste tipo de comunicação.

Mais do que deixá-los funcionando, o governo deve encarar seu papel de promotor da cultura e do debate público no âmbito local e deve garantir mecanismos de financiamento, bem como a ampliação do número de canais e da potência destas emissoras.

Para garantir o fortalecimento dos meios não-comerciais, faz-se necessário, como ação emergencial, a reordenação da distribuição das verbas publicitárias governamentais no sentido de reservar um percentual para estes veículos, a partir de critérios transparentes e democráticos.

Em relação à inclusão digital, o governo deve assumir o acesso às tecnologias da informação e da comunicação (tanto a computadores e à Internet, quanto aos meios dos grupos organizados produzirem seu próprio conteúdo). Isso passa pela promoção de uma política pública de conectividade em banda larga, pela ampliação de telecentros, Casas Brasil e Pontos de Cultura e pela constituição destes espaços como Centrais Públicas de Comunicação, que alimentem a radiodifusão não-comercial e viabilizem a produção local e regional.

Para isso, é fundamental garantir o desembolso dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST), mudando a legislação que o disciplina, para viabilizar uma gestão democrática do uso dos recursos.

Um balanço necessário

Os desafios do governo Lula para o segundo mandato devem ser observados à luz do que foi realizado nos últimos quatro anos, para que os erros não sejam repetidos e os acertos sejam potencializados.

Um dos principais equívocos foi o encaminhamento dado a itens importantes da agenda dos radiodifusores. Um exemplo foi o encaminhamento dado para a implantação da tevê e do rádio digital no Brasil. Outro exemplo foi a repressão às rádios comunitárias, que não só se manteve como ampliou nos últimos quatro anos. Durante a gestão Lula foram fechadas 200% mais rádios do que na época de FHC.

Os poucos avanços realizados no setor, nos últimos quatro anos, vieram de pastas externas ao Ministério das Comunicações, controlado por um quadro orgânico da Globo.

Um exemplo de avanço é o dos programas de inclusão digital e uso de software livre, como é o caso do Casa Brasil e outras iniciativas de telecentros, mas que depois de ter ganhado fôlego em 2004 e 2005 ameaçam ficar no passado, caso suas pendências orçamentárias não sejam resolvidas.

O Ministério da Cultura se consolidou como outro front de resistência, promovendo programas de apropriação das tecnologias da comunicação, como é o caso dos pontos de cultura, além de buscar resolver os problemas históricos de concentração do setor, com a proposta da criação de uma Agência Nacional do Audiovisual (Ancinav), abortada frente ao linchamento público patrocinado pela mídia comercial.

A reforma política

Nesse primeiro semestre, devemos fazer com que o debate sobre a reforma política seja um dos principais temas da agenda do Congresso Nacional e da sociedade. Para nós, do PT, é fundamental que ocorra uma reforma no sistema partidário e eleitoral brasileiros, não só no sentido de eliminar as conhecidas distorções nele existentes (como a contradição entre representação parlamentar em relação ao contingente eleitoral de cada estado), numa perspectiva que acumule para a democratização do país.

Para tanto, a reforma não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional. Será necessária muita pressão e mobilização social, pois muito do que defendemos vai de encontro a interesses e prerrogativas já sedimentadas no parlamento brasileiro.

Para nós, a situação ideal é que o processo de elaboração de uma reforma política fosse resultado de um debate realizado num fórum exclusivo, uma constituinte livre, soberana e democrática, que tratasse não só do referido tema, mas de tantos outros, como o da ordem econômica, para que fossem rediscutidas e revistas as reformas constitucionais efetivadas ao longo dos oito anos de hegemonia tucano-pefelista.

A correlação de forças aponta para, no entanto, que tal discussão vá ser tratada no âmbito do Congresso que aí está, cuja parcela expressiva dele tende a lutar pela manutenção de muitas das atuais prerrogativas.

Os avanços maiores ou menores que essa reforma política possa produzir dependerão da pressão popular. É fundamental, portanto, que a discussão sobre a reforma política assuma estatuto de movimento e luta social, e ganhe as ruas com um sentido de conquista e ampliação de direitos políticos e partidários.

Quatro pontos constituem a base e o sentido da reforma política, no que se refere ao processo partidário e eleitoral: o financiamento público de campanha, o voto em lista partidária, a fidelidade partidária e o fim das coligações em eleições proporcionais.

Acreditamos que a aprovação de tais pontos inibirá a corrupção eleitoral, reduzirá a desigualdade de condições nas disputas, fortalecerá os partidos e a política como atividade coletiva, inibirá o personalismo e carreirismo, além de garantir a manutenção do princípio da universalidade do voto.

Ao mesmo tempo, devemos impedir a introdução de medidas como o voto distrital.

Modelo de desenvolvimento e reforma agrária

O segundo turno da eleição presidencial trouxe de volta o debate sobre o modelo de desenvolvimento. Ficou clara a existência de uma divergência fundamental, entre as candidaturas Lula e Alckmin, acerca do papel do Estado. Lula defendeu o papel indutor do Estado, criticou as privatizações e defendeu as políticas sociais como parte do modelo de desenvolvimento.

O debate ficou inconcluso, entretanto. Faltou um balanço crítico da política econômica adotada pelo primeiro mandato de Lula. Faltou, também, dizer claramente que só haverá desenvolvimento com distribuição de renda se enfrentarmos a ditadura do capital financeiro.

O segundo mandato de Lula será marcado, como o primeiro, por fortes polêmicas acerca da política econômica. Cabe ao PT exigir uma nova política econômica, combinada com forte investimento social e reformas estruturais.

Verificamos, ao longo do primeiro mandato, um forte viés compensatório nas políticas sociais. Verificamos, também, a não realização de reformas estruturais.

No segundo mandato, o PT deve trabalhar pela adoção de mais e melhores políticas sociais, na perspectiva da inclusão, distribuição de renda e promoção da auto-suficiência das camadas populares.

Reafirmamos nosso compromisso de combater toda e qualquer forma de precarização das relações de trabalho, nossa defesa de políticas de geração de emprego, nosso combate ao trabalho escravo e degradante, nossa luta contra o trabalho infantil, bem como contra todas as formas de preconceito e discriminação das relações de trabalho.

O governo somente será democrático-popular se suas medidas tiverem um horizonte anti-monopolista, anti-imperialista e anti-latifundiário. Isso implica, por exemplo, na realização da reforma agrária e na valorização da agricultura familiar ou camponesa.

Durante o primeiro mandato do governo Lula, as políticas agrícola e agrária privilegiaram o agronegócio, em detrimento da reforma agrária.

Apesar de responder por cerca de 80% dos empregos no campo, a agricultura familiar recebeu apenas 20% (R\$ 10 bilhões, em 2006) dos recursos destinados ao agronegócio (R\$ 50 bilhões, em 2006).

Não bastasse isto, ainda foi liberado o plantio e a comercialização dos produtos transgênicos, resultando em grande prejuízo ao meio-ambiente, saúde humana e soberania alimentar.

Empresas multinacionais produtoras de celulose vêm expandindo intensamente a monocultura de pinus, eucaliptos e outras espécie exóticas, com o apoio e subsídios do governo federal, espalhando o deserto verde e ameaçando a biodiversidade.

Ademais, as metas previstas no Plano Nacional de Reforma Agrária não foram cumpridas.

O PT deve reafirmar a centralidade da reforma agrária no projeto de desenvolvimento do Brasil, condição fundamental para a geração de trabalho e renda e promoção da justiça no campo.

Reforma agrária pressupõe desconcentrar a propriedade da terra, alterando a estrutura fundiária que atualmente mantém 46% da área registrada nas mãos de 1,7% dos proprietários. Pressupõe também tornar produtivos os 133 milhões de hectares de terras sabidamente improdutivas. Pressupõe ainda a limitação do tamanho máximo da propriedade.

A desapropriação por interesse social deve ser o principal instrumento da reforma agrária. Outras medidas, como a compra e venda e o crédito fundiário, homenageiam a reforma agrária de mercado preconizada pelo Banco Mundial, razão pela qual devem ser rechaçadas.

Todos os imóveis rurais que não cumprem a função social precisam ser destinados à reforma agrária. Assim, a propriedade, mesmo que lucrativa - produtiva do ponto de vista econômico - deve ser desapropriada, se não respeitar o meio-ambiente e a legislação trabalhista.

Sem modificar o modelo de desenvolvimento rural, a reforma agrária não se efetivará. Por isso, o segundo mandato do presidente Lula deve trabalhar arduamente para superar o agronegócio e constituir um novo modelo, calcado na democratização do acesso à terra, na sustentabilidade ambiental, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura familiar.

Entre as medidas urgentes que o novo governo deve adotar estão a atualização dos índices de produtividade, a criação de uma linha de crédito especial para os

assentados da reforma agrária, o fortalecimento institucional do INCRA, com realização de novos concursos para superar o déficit de funcionários até 2010, a desburocratização do processo administrativo e judicial da desapropriação, o aumento significativo dos recursos orçamentários para a reforma agrária, em especial para emissão de Títulos da Dívida Agrária, e a implementação de uma política que universalize a educação no campo.

O PT deve lutar para que Poder Judiciário deixe de ser obstáculo à reforma agrária. Setores desse poder tratam com dois pesos e duas medidas as ações judiciais envolvendo a luta pela terra: é ágil para julgar ações penais contra as lideranças dos movimentos agrários e lentíssimo para apreciar as ações de desapropriação e de retomada de terras que estão nas mãos de grileiros. Ademais, são verdadeiros militantes do latifúndio, especialmente porque não abrem mão da atrasada concepção de propriedade como direito sagrado e absoluto.

Mesmo sendo a desapropriação uma espécie de “prêmio” ao proprietário que não cumpre a função social, esses setores valem-se do emaranhado de leis e de formalidades para dificultar a reforma agrária.

No Parlamento, os deputados e senadores do PT devem repelir a estratégia da bancada ruralista de criminalizar os movimentos de luta pela terra. O ódio de classe dos ruralistas foi bem demonstrado na CPMI da Terra, cuja criação teve o claro objetivo de exterminar os movimentos agrários e suas lideranças.

Nossos parlamentares têm que articular a derrota dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, pretendendo classificar as ocupações de terras como “ato terrorista” e “crime hediondo”, bem como dos demais projetos que dificultam a implementação da reforma agrária.

A bancada do PT deve trabalhar para aprovar a PEC do Trabalho Escravo, que permite o confisco da propriedade que mantiver essa prática, bem como os projetos que retiram os gargalos legais ao avanço do processo de reforma agrária.

O III Congresso do Partido dos Trabalhadores deve reafirmar seu compromisso com os movimentos sociais que lutam por terra e com a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, calcado na realização da reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar.

Enfrentando o terceiro turno

O governo deve manter relações institucionais com os governadores e parlamentares da oposição. Até porque não temos interesse em eternizar o clima de confronto que predominou nos últimos meses. Predominou, é bom dizer, por desejo e iniciativa da direita, para quem luta de classes é ódio de classe.

Setores do PSDB acreditam que têm enormes chances de voltar à presidência da República em 2010. Por isto mesmo, como em 2005-2006, a direita continuará adotando duas táticas frente ao PT e frente ao governo Lula.

Enquanto alguns seguirão alimentando, na justiça e nos meios de comunicação, um discurso extremamente agressivo, outros --como os pré-candidatos Aécio e Serra-- buscarão manter boas relações institucionais com o governo federal.

Mas tanto Serra quanto Aécio têm interesse na continuidade dos ataques contra o PT, inclusive para impedir que nosso Partido tenha uma forte candidatura presidencial para disputar a sucessão de Lula.

Neste quadro, o partido e o segundo mandato devem combinar uma tática de "distensão", com uma estratégia que nos capacite a enfrentar os ataques da direita, especialmente no terreno da comunicação. O mesmo vale para o Partido.

É preciso ficar atento, entretanto, para a evolução de algumas variáveis. Entre elas a situação internacional, tanto no terreno do comércio internacional e fluxo de capitais, quanto no terreno militar e político.

Na América Latina deve ter prosseguimento o conflito entre os governos, partidos e movimentos progressistas e de esquerda, versus aqueles governos alinhados com os interesses norte-americanos.

É preciso ficar atento, também, para o comportamento da burguesia e dos setores médios por ela influenciados.

O ódio de classe e o conservadorismo político-ideológico (expresso, por exemplo, no referendo sobre comercialização das armas de fogo) continuarão presentes no próximo período. E a burguesia, mesmo diante de um governo moderado, continuará considerando os benefícios que recebe como mera obrigação, ao mesmo tempo em que ataca a esquerda como se fôssemos intrusos que ocuparam indevidamente os palácios de Brasília.

Eleições municipais de 2008 e nacionais de 2010

Os próximos anos serão marcados por diversos momentos de embate acentuado da direita com a esquerda. Dois destes embates têm data marcada: as eleições municipais de 2008 e as eleições nacionais de 2010.

O PT deve construir, desde já, uma política nacional para as eleições municipais. No caso dos estados do nordeste, entre outros, será um momento para consolidar a vitória da esquerda contra as oligarquias.

Para isso, é preciso levar em consideração que, ao longo dos próximos dois anos, nossos governos sofrerão fortes ataques, seja através da mídia em poder dos oligarcas, seja através dos setores do judiciário controlados pelos grupos políticos tradicionais, ou ainda através das bancadas estaduais controladas pelos setores derrotados na eleição majoritária.

O PT deve criar, também, as condições para a construção de uma forte candidatura presidencial para 2010. A inexistência de uma candidatura natural, como foi a de Lula desde 1994, imporá ao Partido um esforço extra para manter unificadas as forças "governistas", bem como para construir um nome petista à presidência.

Construir esta política passa por buscar uma explicação detalhada para os desempenhos contrastantes que o PT e o Lula obtiveram, em diferentes regiões do

país. As dificuldades registradas nos estados do sul e do sudeste, vis a vis o resultado extremamente positivo obtido no nordeste do país, revelam que há no Brasil uma espécie de “questão meridional”, que deve fazer parte de nossos cálculos estratégicos.

Cabe a Fundação Perseu Abramo realizar seminários de balanço, tanto do governo Lula quanto do processo eleitoral. Este balanço deve cobrir o período que se estende desde o Encontro Nacional de Olinda (2001), aí incluído o debate travado na elaboração do programa de governo.

É preciso, ainda, analisar em profundidade o que significam as candidaturas José Serra e Aécio Neves.

O enigma José Serra

As eleições de 2006 foram uma prova de fogo para muitos políticos. Mas pelo menos um parece ter saído ileso, não apenas nesse, mas nos três últimos pleitos: José Serra, o novo governador de São Paulo, eleito em primeiro turno.

Serra construiu uma sólida aliança com o PFL. Credenciou-se frente a importantes lideranças desse partido, que indicou seu vice na disputa municipal de 2004, quando assumiu todo o desgaste de ter uma figura controversa em sua chapa, Gilberto Kassab, ex-secretário de Pitta. Já em 2006, Serra entregou a vaga de senado em sua chapa ao Guilherme Afif Domingos, representante do PFL.

A eleição de José Serra para governador em primeiro turno deve ser compreendida tendo em vista sua fenomenal blindagem, considerando principalmente o tratamento privilegiado que recebe há algum tempo por parte da mídia (trabalho facilitado pelo seu “passado de esquerda”, o que o leva a ser poupado inclusive por parte do PT).

Serra sempre se apresenta como um menino pobre vindo de uma família humilde que estudou em escola pública e chegou à Escola Politécnica. Sua militância política tem início aí, no movimento estudantil, onde presidiu a UEE/SP e a UNE.

Por sua militância de esquerda, foi perseguido e exilado. No exterior concluiu seus estudos e passou a ter contato com várias fontes – principalmente com o pensamento da Cepal, mas também os teóricos liberais norte-americanos que emergiam numa contraposição ao desenvolvimentismo.

Serra voltou ao Brasil em fins dos anos 1970, para lecionar na Unicamp e participou, no PMDB, do movimento que elegeu Montoro/Quércia para o governo estadual. É um profundo conhecedor da máquina administrativa. Junto com outros nomes do que viria a ser o núcleo fundador do PSDB, teve importante participação no governo Montoro, como o poderoso secretário de planejamento. Curiosidade: no mesmo governo, Sérgio Motta foi o presidente da Eletropaulo, Paulo Renato e Bresser Pereira cuidaram do controle das finanças e Mario Covas, foi nomeado prefeito da capital paulista.

Em 1986 Serra se elegeu deputado constituinte e teve uma atuação importante, tendo sido idealizador do seguro-desemprego, por exemplo. Em 1990, foi reeleito deputado federal. Neste mandato, foi o autor do projeto de lei que criou Conselho Nacional da Desestatização. Esse conselho foi criado ainda no Governo Collor, presidido por Itamar Franco, dele participando vários tucanos de alta plumagem. O trabalho desse conselho resultou na transferência de grande parte do patrimônio público brasileiro – Vale do

Rio Doce, CSN, Setor das Telecomunicações, Petrobrás e outras tantas empresas--, para a iniciativa privada.

Em 1994, Serra foi eleito senador, mandato que assumiu por poucos dias, pois logo foi nomeado para o Ministério de Planejamento do primeiro governo FHC. Nesta pasta, ficou famoso por suas supostas divergências com os comandantes do Banco Central, pois reivindicaria um modelo econômico mais voltado ao desenvolvimento.

No segundo governo FHC, Serra assumiu o Ministério da Saúde, com iniciativas importantes como os genéricos e a política para os anti-retrovirais. Com essas iniciativas construiu uma imagem midiática de "melhor ministro da Saúde" que não corresponde à sua gestão real, que cortou verbas, permitiu uma epidemia de dengue e permitiu a articulação da máfia dos sanguessugas, por exemplo.

Nas eleições presidenciais de 2002, contra Lula, apesar de derrotado, Serra não teve sua imagem desgastada. Naquela oportunidade, a tática de sua campanha foi apresentá-lo como um gestor competente e como o super-ministro da Saúde, se distanciando solenemente do desastre dos oito anos de FHC. Na ocasião, foi beneficiado pela estratégia da campanha de Lula - "paz e amor" que não se preocupou em desconstruir essa imagem.

Em 2004, Serra disputa novamente as eleições (ele participou das disputas de 1986, 1990, 1992, 1994, 2002), desta vez para a prefeitura de São Paulo, interrompendo a hegemonia petista na cidade. Serra colheu, novamente, os frutos de sua imagem de Ministro da Saúde e do recall positivo da campanha presidencial. Ganhou a eleição para prefeito com a promessa de sanar todos os problemas, além de se comprometer a manter todas as políticas sociais implantadas no governo do PT.

No primeiro ano da gestão, Serra ficou dizendo que havia recebido um quadro trágico nas finanças públicas e suspendeu o pagamento dos fornecedores, enquanto do dinheiro público era engordado nas aplicações financeiras usado para as obras eleitoreiras de 2006.

Suas marcas a frente da prefeitura de São Paulo foram o início do desmonte do sistema de transporte, a precarização dos CEUS, o fechamento de salas de alfabetização, a redução das verbas para habitação e o tratamento fascista dado aos moradores do Centro da Cidade, implementando uma política higienista para tirar os moradores de rua.

Apesar de ter assinado uma carta se comprometendo a cumprir integralmente seu mandato de prefeito, o tucano não exitou em abandonar a prefeitura nas mãos do PFL e do desconhecido – e deslegitimado - Kassab.

Nas eleições para governador, José Serra não se deu ao trabalho sequer de apresentar um programa de governo ao eleitorado paulista. Totalmente blindado na campanha, Serra se beneficiou de sua afinidade com a burguesia paulista e da generosidade dos meios de comunicação. Inteligente, se apartou de Alckmin, colheu as supostas glórias do governo do PSDB e se escondeu nos momentos mais duros da grave crise de segurança pública.

Nos últimos dias da campanha, se posicionou contrário à venda das ações da Nossa Caixa, respondendo às acusações do sindicato dos bancários e de setores do PT que o acusavam de continuar vendendo o patrimônio público de São Paulo. Essa atitude

tinha por objetivo desvinculá-lo do privatismo praticado por 12 anos por seu partido no estado.

Serra tem demonstrado que governará São Paulo olhando para Brasília, pois sua principal ambição é fazer com que o PSDB, sob seu comando, volte a ocupar o Palácio do Planalto.

A disputa política que Serra pretende realizar vai, inclusive, além de da conquista da presidência da república. Sua intenção é se credenciar junto a importantes setores, inclusive os de centro-esquerda, para se tornar o comandante de uma alternativa ao PT. Sua intenção é recolocar o PSDB no cenário político com um verniz à esquerda e mais perto do povo.

Para cumprir esse objetivo, intenciona realizar um governo que se credencie junto a importantes setores da burguesia nacional, mas também seja capaz de ganhar o apoio da grande massa do eleitorado que teve Lula, do PT como opção.

Para alcançar seu objetivo, Serra chega ao governo do estado de São Paulo fazendo o discurso do desenvolvimento. Essa movimentação de Serra - e sua contundente crítica aos rumos da política econômica do governo Lula - chegou a atrair inúmeras figuras públicas e economistas comprometidos com esse tema, muitos dos quais vinculados à Unicamp, um conhecido "ninho do desenvolvimentismo", como foi o caso de Luiz Gonzaga Belluzzo, apoiador de Lula, que após inúmeras críticas ao monetarismo de Pallocci, resolveu desembarcar no barco do então pré-candidato a presidente José Serra.

O discurso do desenvolvimento econômico permite que Serra dispute a base social do PT e se credencie como um político de centro-esquerda. Sua idéia é criar, a partir de São Paulo, um movimento real de contraposição à política do governo federal e de articulação de alternativas ao pós-Lula.

O movimento de Serra pretende resgatar o patamar alcançado pelo PSDB na década de 1990, quando da edição do Plano Real. Naquela ocasião, o partido tornou-se o principal beneficiário do plano econômico, e logrou eleger por duas vezes Fernando Henrique presidente.

A proposta de Serra, denominada "desenvolvimentismo responsável", propõe uma mistura estranha: todo apoio ao crescimento sem descuidar da responsabilidade fiscal. Para os mais desavisados, isso pode parecer uma ruptura com o modelo anos implementados nos últimos 12 anos por Covas e Alckmin, cujo resultado foi a venda do patrimônio público, endividamento do Estado, corte das políticas sociais e arrocho salarial, que comprometeram o crescimento do estado.

A grande verdade é que foi o PSDB, no comando do governo federal, que executou todo programa de estabilidade fiscal, do qual fez parte a renegociação de dívidas com estados e municípios, que passaram a realizar um esforço extraordinário para cumprir a responsabilidade fiscal, que determinou o ritmo de crescimento.

São Paulo perdeu em muito sua capacidade de crescimento em virtude da renegociação da dívida que compromete hoje 13% do orçamento estadual – montante sequer suficiente para abater os juros mensais da dívida, uma bomba de efeito retardado que deve nos trazer graves efeitos nos próximos anos.

Neste sentido, a principal medida proposta por Serra é a renegociação da dívida paulista, e a troca do índice IGP-DI utilizado para atualizar seus valores.

Apesar de querer se credenciar como um homem preocupado em inclinar seu partido à esquerda, a aliança preferencial de José Serra é com os setores conservadores e com as classes dominantes, sobretudo as de São Paulo.

O principal indício disso é a composição de seu secretariado e o peso que os partidos políticos de direita têm nele.

Com relação ao governo Lula, Serra diz que não governará São Paulo de costas para o Brasil. Isso é importante, pois dependerá das relações com o governo federal para abrir um processo para renegociação de dívida do estado, como também para parceria nas grandes obras que quer realizar – Rodoanel e Metrô.

Ou seja, a oposição que fará ao governo Lula será calibrada, de olho nos interesses de seu governo estadual, mas, ao mesmo tempo, trabalhando para criar um pólo alternativo ao PT e seus aliados.

Na Assembléia Legislativa, o governador terá maioria absoluta e dificilmente enfrentará problemas com os deputados do PFL, que na eleição da última mesa diretora se aliaram ao PT para derrotar o candidato do PSDB. Tem o controle da maioria dos partidos que estarão presentes em seu governo.

Na mídia, a blindagem do tucano continua escandalosa. Foram muitas denúncias que envolveram seu nome, como o esquema da privatização e a condenação de Ricardo Sérgio, arrecadador das campanhas de Serra desde a disputa à Câmara de Deputados, em 1990. Mas quase nada é dito. Na CPI das Sanguessugas, todos os ex-ministros foram convidados para depor e compareceram, com exceção de José Serra. E a imprensa não repercute nada. Ignora solenemente toda e qualquer notícia desfavorável ao tucano.

O PT deve se começar a construir - desde o primeiro dia – a oposição ao governo Serra. O PT precisa se fortalecer em São Paulo, para ajudar a sustentar o projeto de crescimento com distribuição de renda do segundo governo Lula e para tentar impedir a rearticulação, via governo Serra, das classes dominantes.

Portanto, uma das tarefas nacionais do PT e do campo democrático-popular é organizar um forte movimento, enraizado e abrangente, de oposição programática, política e social ao PSDB em São Paulo.

Não podemos nos enganar: o principal opositor do projeto democrático e popular no Brasil é o PSDB de Serra, que, a frente do governo de São Paulo, buscará criar as bases para uma ampla vitória de seu projeto em 2008 e 2010.

Para isso, PT precisará aprofundar seu conhecimento sobre o estado de São Paulo e apresentar um projeto alternativo, capaz de galvanizar apoios amplos e disputar a hegemonia política - e também o governo - com o PSDB. É preciso combater a idéia de que não é possível derrotar os tucanos em seu ninho.

Derrotar o PSDB – e José Serra – em São Paulo é fundamental para a construção de hegemonia de longo prazo do PT e da esquerda no Brasil.

A volta do "café com leite"

Aécio Neves não possui a mesma densidade política e ideológica de José Serra. Nem por isso deve ser menosprezado como uma possível alternativa para os que pretendem derrotar o PT.

Nas eleições 2006, Aécio montou uma aliança composta por praticamente todos os partidos e candidatos mineiros, com forte defesa da imprensa local. No que ficou conhecido como "Lulécio", Aécio se aproveitou do bom relacionamento com alguns dos ministros mineiros do Governo Lula (como Hélio Costa, Walfrido dos Mares Guia e Saraiva Felipe), se apoderando dos programas sociais do Governo Federal, tentando colar sua imagem aos resultados positivos atingidos por tais programas, ao mesmo tempo que garantia não só sua reeleição, mas também a de um grande número de deputados federais e estaduais que sustentarão seus projetos.

O PT mineiro teve parcela de culpa na vitória tucana, ao adiar a decisão de lançamento de candidatura própria ao governo do estado. Ao final, conseguimos uma votação expressiva, cerca de 30% dos votos. Mas a decisão veio tarde e a forma equivocada de conduzir o processo eleitoral impulsionou o sentimento de mudança para a direita, possibilitando ao Aécio Neves colocar-se como alternativa.

Logo após sua vitória, Aécio Neves consegue levar para a base aliada diversas forças político-partidárias, ficando apenas o PT e o PC do B na oposição. Esse movimento lhe garante o apoio político necessário para implementação de políticas conservadoras, construídas por um governo composto pela tecnocracia tucana e por um emaranhado de setores e personalidades reacionários, oligárquicos, fisiológicos e oportunistas.

No exercício de seu primeiro mandato à frente do governo estadual, Aécio - seguindo a lógica do "estado mínimo" - consolidou a reestruturação neoconservadora do estado, incorporando aspectos típicos da gestão privada, adotando como objetivo essencial o chamado déficit zero.

Essa política, ao invés de reformar, levou ao sucateamento do Estado. Ao se preocupar unicamente com o equilíbrio financeiro, demonstrou um desinteresse muito grande no investimento aos serviços prestado ao público (saúde, educação, segurança, dentre outros).

A quebra da estabilidade do funcionalismo e a retirada de direitos possibilitaram o clientelismo. Estes elementos, somados à criação de instrumentos repressivos e autoritários, fazem parte da forma de governar de Aécio Neves e do PSDB mineiro, tendo como lógica a transferência de recursos do setor público para o investimento privado.

Toda a política do governador Aécio Neves (PSDB) foi sustentada por um marketing publicitário feito através dos maiores meios de comunicação de Minas, que transformavam informação em propaganda, ao mesmo tempo que blindavam o governador.

O PT e sua bancada estadual deveriam ter assumido uma postura de oposição ativa frente ao governo estadual, descartando qualquer possibilidade de troca de favores envolvendo relações políticas nacionais, estaduais, municipais ou as pretendidas alianças eleitorais. Ao invés disso, assistimos uma oposição fraca, que não conseguia se diferenciar programaticamente das ações do governo estadual.

A postura do PT, juntamente com a blindagem da imprensa a Aécio, acabou por criar um cenário onde parecia não haver oposição.

As eleições de 2006 possibilitavam ao PT de Minas Gerais furar o cerco e realizar uma grande campanha de oposição ao governo tucano de Aécio Neves, cobrando do governo o atendimento às reivindicações dos sindicatos e dos movimentos sociais como um todo, reafirmando a necessidade de um projeto democrático-popular no estado, apresentando uma candidatura própria ao governo de Minas Gerais, visando não só a tomada do Palácio da Liberdade, mas também ajudar na reeleição de Lula e na condução do próximo governo.

Caberia ao PT de Minas Gerais adotar uma política de alianças com os demais partidos de esquerda e com os movimentos sociais, para em conjunto construirmos um plano de governo capaz de contrapor programaticamente ao que foram os quatro anos de governo Aécio Neves e apresentar para sociedade mineira uma alternativa democrática e popular que recuperasse e fortalecesse o estado de Minas Gerais.

Porém, a decisão do PT de se aliar ao PMDB mineiro e principalmente a decisão, defendida por Nilmário Miranda, de entregar a vaga ao Senado ao ex-governador Newton Cardoso, contrariando as decisões do Encontro Estadual e do Diretório Estadual, acabou prejudicando a construção de um plano democrático e popular para Minas Gerais e para o Brasil.

Newton Cardoso, conhecido nacionalmente pela corrupção, desvio de verbas e falta de respeito com servidores estaduais durante seu período no Palácio da Liberdade, ao entrar na chapa encabeçada pelo PT de Minas implicou num atraso ao acúmulo político e institucional da esquerda.

Com isso, o PT de Minas Gerais facilitou as coisas para a candidatura à reeleição de Aécio Neves, que acabou vencendo com cerca de 70% dos votos e se consolidando nacionalmente como uma grande liderança da direita. É um potencial adversário nosso nas eleições de 2006.

Relações entre governo e partido

A primeira reunião entre o presidente Lula e a comissão executiva nacional do PT ocorreu em dezembro de 2005.

Desde então, aconteceram várias reuniões, geralmente entre o presidente e a "comissão política", organismo composto pelo presidente do Partido, pelos três vice-presidentes, pelo secretário geral e pelos secretários de movimentos sociais, finanças e relações internacionais.

Estas reuniões integram um esforço para institucionalizar as relações entre o Presidente e o Partido dos Trabalhadores, relações que entre 2003 e 2005 foram marcadas por enorme informalidade.

Trabalhamos para que a relação entre o governo Lula e o PT, neste segundo mandato, se dê em parâmetros muito diferentes daqueles que marcaram o primeiro mandato.

O Partido deve manter uma relação de autonomia, sem subordinação automática ou obrigatória à nenhuma decisão emanada do governo.

A premissa da autonomia é condição essencial para estabelecer um ambiente de debate político, necessário para que haja a desejável sintonia entre as partes (Partido, bancada, governo), numa relação que deve ser mediada pela direção partidária.

Os parâmetros acima devem ser levados em conta na definição do comportamento de nossas bancadas nas duas casas do Congresso Nacional, inclusive na indicação dos líderes no Senado e na Câmara, bem como das presidências e mesas das duas casas do Congresso Nacional.

Após o segundo turno, as reuniões da comissão política com o presidente da República abordaram diversos assuntos, entre os quais o balanço das eleições, o Congresso Nacional, os grandes desafios do segundo mandato, inclusive a composição da equipe de governo.

Assim como a primeira, a segunda presidência de Lula será de "coalizão", tanto entre partidos, quanto entre setores sociais. Uma coalizão bastante complexa, inclusive porque os partidos integrantes possuem seções estaduais importantes que não apoiaram, nem no primeiro nem no segundo turno, a candidatura de Lula.

Nesta "coalizão amplo senso", devem ocupar papel fundamental, cada qual a sua maneira, os movimentos sociais e os partidos de esquerda, destacadamente o Partido dos Trabalhadores, que deu uma contribuição fundamental e positiva ao primeiro mandato e deve continuar a fazê-lo, no segundo mandato Lula.

Esta contribuição inclui três dimensões: a) a orientação estratégica; b) a sustentação social; c) a condução administrativa do governo.

Cabe à direção do PT buscar estabelecer um equilíbrio adequado entre estas três dimensões, não se furtando a nenhuma delas.

No caso da condução administrativa, a direção partidária deve estabelecer um diálogo intenso com o governo, contribuindo para a composição da equipe do segundo mandato.

Trata-se de uma tarefa complexa, que envolve uma análise da atual equipe, o balanço da atuação de cada área, a avaliação técnica dos nomes sugeridos e a "engenharia" implícita na composição de um governo de coalizão.

Este processo não se concluirá rapidamente, nem simultaneamente à composição do primeiro escalão. Lembramos, por exemplo, das estruturas que o governo federal possui nos estados da federação.

Neste processo, terá lugar um balanço da composição do primeiro mandato, que desfará a falsa impressão de que o PT ocupa a maioria dos cargos. Pelo contrário, em extensas áreas do governo, seguem presentes cargos comissionados indicados em governos anteriores, cargos vinculados inclusive à partidos de oposição e que fizeram intensa campanha contra nós em 2006.

Cabe a direção do PT ouvir os diferentes segmentos do partido, bem como a opinião da esquerda social e da intelectualidade próxima ao Partido, apresentando em seguida ao presidente da República as opiniões e as indicações partidárias, que o Presidente pode ou não aceitar.

Mecanismo semelhante pode ser adotado, com as mediações óbvias, no diálogo com os ministros e dirigentes de cada área, uma vez que o presidente os indique.

Com base nestas premissas, temos defendido as seguintes opiniões sobre as linhas gerais da composição do segundo mandato:

1) Os titulares da área econômica no sentido amplo (Banco Central, Ministério da Fazenda, Planejamento, bancos públicos, ministérios vinculados à produção e infraestrutura, ciência e tecnologia) precisam estar totalmente afinados com a política de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Isto vale para as indicações do governo em áreas como os fundos de pensão. Deve ser concluído o processo de renovação da chamada equipe econômica, iniciado com a posse de Guido Mantega na Fazenda. Em nossa opinião, esta renovação deve incluir a mudança no comando do Banco Central. Em qualquer caso, seguiremos recusando a proposta de independência do Banco Central, que deve estar subordinado ao presidente da República, através do Ministério da Fazenda.

2) A área de comunicação do governo (Ministério da Comunicação, Secom etc.) deve estar totalmente comprometida com a meta programática da campanha Lula, qual seja, a democratização da comunicação social no Brasil.

3) É preciso construir o Ministério da Defesa, tanto do ponto de vista institucional-administrativo e normativo-legal, quanto do ponto de vista conceitual. O governo precisa colaborar na constituição de uma política de defesa nacional, baseada em critérios de soberania, democracia, respeito aos interesses do povo e articulada com a política de integração continental. Como parte desta política de defesa nacional, o servidor militar deve ser integrado ao processo de desenvolvimento socioeconômico do país.

4) Tendo em vista as tarefas estratégicas do segundo mandato Lula, consideramos fundamental que o PT e os partidos de esquerda detenham a titularidade e/ou tenham forte incidência nos chamados ministérios sociais, entre os quais destacamos: Trabalho, Previdência, Desenvolvimento Agrário, Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Pesca, Cidades, Mulheres, Juventude, Direitos Humanos e Igualdade Racial.

5) As áreas vinculadas à coordenação da gestão (como, por exemplo, a Casa Civil, Articulação Política, Secretaria Geral e Justiça) devem ser dirigidas por pessoas indicadas exclusivamente pelo presidente da República. Tais pessoas não comporão, portanto, a "cota" de nenhum partido. Aliás, é preciso saber distinguir entre os petistas que estão no governo e os petistas que estão no governo representando o Partido.

6) A pluralidade na composição do governo está à serviço dos objetivos do conjunto da coalizão. Neste sentido, não compartilhamos a lógica expressa na expressão (de resto, lamentável) "porteira fechada". O fato, por exemplo, de um partido estar à frente de um ministério não implica em que todos os cargos de confiança deste órgão devam ser preenchidos por pessoas indicadas unicamente por este partido. Isto pode ou não acontecer, cabendo em qualquer caso a responsabilidade política ao Ministro ou ministra, bem como a seu partido.

7) É fundamental que se amplie, em todas as áreas do governo, a preocupação com o controle e com a participação social.

8) É importante, na medida do possível, que o conjunto do Partido dos Trabalhadores esteja representado na composição do primeiro escalão (ampliado) do governo.

Estes parâmetros gerais devem estar presentes na composição dos governos do Acre, Bahia, Sergipe, Pará e Piauí.

Cabe ao PT, através de sua direção nacional, comunicar ao presidente da República qual sua opinião: a) sobre o método de composição do governo; b) sobre o conjunto das áreas que compõem o governo; c) sobre as áreas que serão objeto de atenção especial por parte do PT, não apenas neste momento de composição, mas também durante toda a extensão do mandato; d) sobre quais os quadros partidários que o partido gostaria de ver compondo o governo; e) sobre as indicações feitas por outros integrantes da coligação "A força do povo".

Tarefas da militância da Articulação de Esquerda

A Articulação de Esquerda surgiu em 1993. Nestes quase 14 anos, mantivemos uma reflexão constante sobre os desafios estratégicos do Partido, reflexão que está consolidada nas resoluções de nossas conferências nacionais.

Ao longo destes 13 anos, buscamos combater as tendências que pretendiam transformar o PT em um partido eleitoral, social-democrata e de centro-esquerda. Cometemos erros e acertos, mas avaliamos como globalmente positiva nossa trajetória.

Nos mantivemos na trincheira do socialismo e da estratégia democrático-popular, na combinação entre luta social e institucional, na defesa de um partido de massas e militante.

Ao mesmo tempo em que organizamos nossa tendência, sempre tivemos como propósito garantir o pleno funcionamento da vida partidária, para que a existência de tendências fosse um direito e não uma obrigação inescapável para a militância que, frente à inexistência de instâncias e desejosa de um espaço de debate político, tivessem como única alternativa a de se agregar a uma corrente política interna.

Durante a maior parte de nossa existência, fomos oposição ao chamado campo majoritário. Hoje, este grupo perdeu a maioria absoluta que possuía desde 1995 e vive um conflito de grandes proporções.

Ocorre que a "estratégia" adotada pelo ex-campo majoritário, de 1995 até 2005, esgotou-se. Este grupo até agora não conseguiu e dificilmente conseguirá colocar outra estratégia no lugar.

Em primeiro lugar, porque algumas de suas premissas implícitas demonstraram-se equivocadas: a burguesia não se dispôs a fazer um acordo estratégico, os aliados não se demonstraram confiáveis, a política de transição sem conflitos desembocou num conflito generalizado, o partido não suportou ser tratado como correia de transmissão, nem ser transformado em máquina eleitoral.

Em segundo lugar, porque o ex-campo majoritário não consegue mais se por de acordo sobre questões fundamentais do presente e do futuro, tanto do PT quanto do país. Pesa nisso tanto a existência de divergências políticas de fundo, quanto de interesses conflitantes.

A crise do ex-campo majoritário, por sua condição de maioria absoluta (ontem) e relativa (hoje) na direção nacional, torna-se uma das causas da crise vivida pelo Partido desde 2005.

Hoje, no PT, carecemos de núcleo dirigente e de estratégia hegemônica. Não haverá solução rápida e estável para os dois problemas. Como no período 1990-1995, serão necessários muitos anos e muitos debates, para construir uma linha política e um núcleo dirigente capaz de conduzir o PT pela próxima década.

Se o ex-campo majoritário não tem muito mais a oferecer ao Partido, salvo seus problemas, a verdade é que de conjunto o "campo de esquerda" não conseguiu se constituir, até agora, em uma alternativa.

Quando fomos maioria na direção nacional, entre 1993 e 1995, não conseguimos implementar uma estratégia alternativa.

No período posterior (salvo entre 1995 e 1997, quando apresentamos unificadamente a chapa Socialismo ou Barbárie e depois a candidatura de Milton Temer), o conjunto da esquerda petista não conseguiu construir uma alternativa unificada de direção, em torno de outra estratégia.

Esta debilidade ficou clara no PED, quando parcela majoritária de uma das chapas ligadas à esquerda decidiu sair do Partido.

Além dos "moderados" e da "esquerda", o PT possui um vasto "centro" que, pelo menos até o momento, tampouco conseguiu produzir uma política alternativa de conjunto.

A debilidade programática da maioria das tendências do PT é acompanhada da transformação, de várias delas, em "grupos de pressão".

Diante das evidentes dificuldades das tendências, alguns setores do Partido divulgam um discurso contra a "burocracia" e contra as "tendências", acalentando ao mesmo tempo a meta de constituir um novo núcleo dirigente, utilizando para isso a "força das urnas".

Não existe partido de massas que não possua uma estrutura de quadros militantes (ou uma burocracia, apesar da conotação pejorativa deste termo). E, como a experiência do movimento socialista segue demonstrando, antes termos um partido com direito de tendências, do que termos um partido supostamente monolítico, onde a direção central atua de fato como uma tendência.

Ademais, a idéia de um partido controlado por quem "tem votos", por quem "tem mandato", é algo extremamente tradicional e perigoso, porque confunde partido com Estado.

Quando o controle da máquina pública torna-se o critério para definir quem tem poder partidário, a luta pelos mandatos substitui a luta de idéias, o convencimento e até mesmo a organização social, pois outras formas de representação na sociedade não conseguem competir com os cargos executivos e legislativos.

O controle do Estado passa a ser o meio de controlar o Partido. O que significa uma confusão entre partido e Estado qualitativamente semelhante ao que criticamos no "socialismo real".

Esta concepção de partido, tremendamente "estatista" e tipicamente social-democrata, não será capaz de resolver nossos problemas, pelo simples motivo de que já vem sendo implementada há anos, no PT e em outros partidos.

Durante os anos noventa, as direções partidárias petistas tornaram-se cada vez mais influenciadas por dirigentes que possuem mandatos eletivos. O que não impediu crises como a de 2005 e a do "dossiê". Crises que foram protagonizadas, direta ou indiretamente, por pessoas com muitos "votos".

Ademais, se esse método fosse eficiente, o PMDB teria chegado à presidência da República diversas vezes, pois nele e noutros partidos tradicionais, manda quem tem voto nas eleições.

A verdade é que representação social todo militante possui, de diferentes tamanhos e formas. O que nos diferencia são as políticas que defendemos. É aí que reside o principal nó a ser desatado, se quisermos que o Partido volte a ter uma estratégia hegemônica e um núcleo dirigente.

A atitude da Articulação de Esquerda

Neste contexto, que promete durar ainda muitos anos, os militantes da Articulação de Esquerda se orientarão pelas seguintes diretrizes:

a) a política no comando: dialogar de maneira permanente com todas as tendências, agrupamentos e militantes do Partido, em torno de questões fundamentais como o trabalho de organização popular; o caráter de massas, militante e socialista do PT; o programa de ação de um governo democrático-popular, a tática da bancada federal etc.

b) formar nossa militância: investir no debate, na comunicação partidária e de massas, na formação política, teórica e ideológica da militância, ampliando nossas relações com a intelectualidade. Trabalhar para que o PT disponha de uma Escola Nacional de Formação, com cursos nacionais e regionais, bem como de um jornal voltado à militância;

c) colaborar na mudança dos métodos de direção do PT: tolerância zero com a corrupção, o tráfico de influência, o clientelismo e o mandonismo. Aumentar o controle do Partido sobre as figuras públicas e da base sobre as direções;

d) organizar as classes trabalhadoras: investir no trabalho partidário junto aos movimentos sociais. No nosso caso, priorizar o movimento sindical, os trabalhadores rurais, a juventude e as mulheres;

e) qualificar nossa atuação institucional: melhorar o desempenho legislativo e executivo de nossos militantes, inclusive sua capacitação técnica e administrativa;

f) compor o governo Lula e disputar seus rumos.

Alguns itens de nosso plano de trabalho para 2007

1. Seguir cumprindo nossas tarefas, a frente de governos, mandatos parlamentares, movimentos sociais e direções partidárias;
2. Publicar mensalmente o jornal Página 13;
3. Publicar a coletânea “A esperança é vermelha”, com os textos produzidos por nós, desde a Oitava Conferência, passando pelo PED, a Nona Conferência e nossa tese ao III Congresso;
4. Republicar as coletâneas “Socialismo ou Barbárie” e “Novos rumos para o governo Lula”;
5. Realizar, em fevereiro de 2007, um seminário nacional de reflexão sobre o temário do III Congresso;
6. Realizar, a partir de março de 2007, cursos regionais para preparar a militância para os debates do III Congresso;
7. Realizar, ao longo do primeiro semestre de 2006, um seminário de trocas de experiência sobre os governos estaduais com participação de petistas;
8. Realizar mensalmente reuniões entre a direção da tendência, os deputados federais e assessores parlamentares ligados à tendência;
9. Constituir um grupo de trabalho sobre a Reforma Política, com o objetivo de qualificar nossa intervenção nesse debate;
10. Participar ativamente do III Congresso do PT e do PED 2007.

Anexo 1: Resolução sobre a AE Espírito Santo

Com base no relatório apresentado por Lício Lobo e Fátima Dutra, a Nona Conferência Nacional aprova os seguintes encaminhamentos:

- a) convocação de uma Conferência Estadual Extraordinária da AE Espírito Santo, a ser realizada no dia 31/3/2007.
- b) a convocatória da Conferência será distribuída, diretamente pela DNAE, a todos os militantes da AE no ES;
- c) para dar início ao processo de Conferência, a DNAE organizará, conjuntamente com os/as companheiros/as do ES, um seminário para apresentar as decisões da Nona Conferência e para debater a política estadual do PT e da AE. Este seminário será realizado no dia 3/2/2007.
- d) após o seminário, poderão ser inscritas teses à Conferência Estadual Extraordinária, até o dia 3/3/2007.
- e) a DNAE garantirá a publicação de um jornal com estas teses;
- f) será organizado um calendário de debates, nas principais cidades do ES;
- g) a lista de militantes da AE, que terão direito de votar e ser votados nas conferências de base, será divulgada com antecedência de 30 dias pela direção nacional (ou seja, será divulgada no dia 1 de março), com base no critério aprovado na VIII Conferência Nacional da AE, ou seja, a assinatura militante do Página 13;
- h) só serão aceitas assinaturas militantes do Página 13 (que darão direito a voto na Conferência) que tenham sido enviadas (postagem de correio) para a direção nacional, até o dia 16 de fevereiro;
- i) a direção nacional acompanhará todo o processo, inclusive a plenária final da Conferência Extraordinária da AE-ES.

Anexo 2: Resolução sobre a AE Santa Catarina

Com base no relatório apresentado pelas companheiras Angélica Fernandes e Iole Ilíada, a Nona Conferência aprovou os seguintes encaminhamentos:

- a) convocação de uma Conferência Estadual Extraordinária da AE Santa Catarina, a ser realizada no dia 31/3/2007.
- b) a convocatória da Conferência será distribuída, diretamente pela DNAE, a todos os militantes da AE em Santa Catarina;
- c) para dar início ao processo de Conferência, a DNAE organizará, conjuntamente com os/as companheiros/as de Santa Catarina, um seminário para apresentar as decisões da Nona Conferência e para debater a política estadual do PT e da AE. Este seminário será realizado no dia 3/2/2007.
- d) após o seminário, poderão ser inscritas teses à Conferência Estadual Extraordinária, até o dia 3/3/2007.

- e) a DNAE garantirá a publicação de um jornal com estas teses;
- f) será organizado um calendário de debates, nas principais cidades de Santa Catarina;
- g) a lista de militantes da AE, que terão direito de votar e ser votados nas conferências de base, será divulgada com antecedência de 30 dias pela direção nacional (ou seja, será divulgada no dia 1 de março), com base no critério aprovado na VIII Conferência Nacional da AE, ou seja, a assinatura militante do Página 13;
- h) só serão aceitas assinaturas militantes do Página 13 (que darão direito a voto na Conferência) que tenham sido enviadas (postagem de correio) para a direção nacional, até o dia 16 de fevereiro;
- i) a direção nacional acompanhará todo o processo, inclusive a plenária final da Conferência Extraordinária, no dia 31 de março de 2007.

Moção sobre o caso Juvenil

A Nona Conferência Nacional da AE orienta que o episódio do prisão do deputado eleito pelo PT, Juvenil Alves, suspeito de chefiar uma quadrilha especializada em crimes financeiros, não pode ser analisado de forma isolada, nem como mais um desvio de conduta de um filiado, militante ou liderança petista. Como tantos outros petistas que viram seus nomes envolvidos em escândalos de diversas naturezas, como José Dirceu, Antonio Palocci, Delúbio e Silvío Pereira, a prisão de Juvenil Alves é mais uma revelação da necessidade de um ajuste de contas com o passado recente petista.

Não um ajuste de contas no sentido moral da palavra, mas no sentido político do termo, que discuta e imponha uma derrota profunda, no III Congresso Nacional do PT, à política e ao ambiente político que permitem tornar o partido espaço livre para aventureiros, oportunistas, carreiristas e, até, criminosos.

Devemos discutir a relação de episódios como esse com uma estratégia política denominada de centro-esquerda, comandada pelo ex-campo majoritário, que estimulou o inchamento do partido e ampliação de suas alianças, ora para a busca frenética e despolitizada de constituir governabilidade no campo institucional, ora para o esmagamento dos setores partidários críticos e opositores a tal estratégia, se utilizando, para isso, das mesmas regras comuns à política que se faz tradicionalmente no país, onde o poder econômico e a força do dinheiro vicejam e desequilibram as disputas, inclusive as internas e eleitorais entre petistas.

Reiteramos a necessidade de criação de uma Corregedoria Interna no PT. Reiteramos que em episódios como esse que envolveu o filiado Juvenil Alves, se determine o grau de responsabilidade dos envolvidos e das instâncias de direção sobre esse tipo de situação que acarreta forte desgaste para a imagem do partido.

Enfim, caso tal medida ainda não tenha sido tomada, que se convoque a Comissão de Ética do Diretório Estadual do PT-MG, para que ela adote os procedimentos regimentais previstos para casos com esses e que o partido estabeleça seu processo próprio de julgamento e deliberação sobre o episódio, não do ponto de vista criminal, já que esse é um assunto para o Poder Judiciário, mas de uma avaliação ético-política sobre a conduta de Juvenil Alves em relação ao Partido dos Trabalhadores e as

circunstâncias e ambiente político que permitiram a ocorrência de tal episódio, culminando com a aplicação rigorosa das sanções cabíveis.

Moção sobre a Vale do Rio Doce

Em seus dois mandatos, Fernando Henrique Cardoso, aprofundou a política neoliberal, que consistia entre outros males na diminuição do papel do Estado e na garantia de enormes lucros ao capital especulativo.

Um dos instrumentos utilizados foi a privatização das empresas estatais, que segundo os neoliberais tucanos, serviria para atrair investimentos externos e reduzir a dívida externa e interna no Brasil.

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi um dos casos mais escandalosos da história do país. Quando da sua privatização, era a maior empresa mineradora do mundo, com patrimônio superior a 100 bilhões de reais. O governo de FHC a entregou por apenas 3,3 bilhões de reais. Seus compradores: um consórcio tendo o Bradesco como testa-de-ferro -- mas existem indícios de que os verdadeiros donos sejam empresas norte-americanas, inclusive o Nation Bank, dos EUA, o que configuraria a inconstitucionalidade do processo, pois uma empresa estrangeira não pode obter informações e direitos sobre os setores estratégicos do país, como é o caso das reservas minerais do País.

A Nona Conferência Nacional (extraordinária) da Articulação de Esquerda soma-se à luta das forças democráticas do país, em particular aos movimentos sociais, estudantis e sindicais, na campanha pela anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Que o Governo Lula contribua de forma decisiva, neste segundo mandato, para que possamos resgatar um precioso e estratégico patrimônio, que pertence a toda nação brasileira.

Moção sobre a reforma da Previdência

O debate aberto por vastos setores conservadores e repercutido com intensidade pela grande mídia, sobre a necessidade da implantação de uma nova reforma da previdência, é um caso clássico na tentativa de impor ao governo reeleito a pauta política derrotada nas eleições.

Depois de duas reformas previdenciária, uma na fase FHC e outra no governo Lula, que atingiram em cheio os servidores públicos, propaga-se a idéia de uma outra reforma, agora para o regime geral de previdência.

Uma vitória parcial foi conquistada na Constituição de 1988, com a garantia do direito a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Constituiu-se em um importante instrumento de inclusão e distribuição de renda, e ainda, e mesmo que tardiamente, fez um reparo social a uma grande parcela desprotegida da classe trabalhadora.

Atualmente 65% dos beneficiários no Regime Geral, recebem um salário mínimo de aposentadoria, que mesmo sendo pouco, representa um fator preponderante de desenvolvimento econômico em muitas regiões do país.

Dentre as várias propostas de mudanças, aventa-se a desvinculação do valor do salário mínimo para fins de aposentadoria, ou seja, aprovada a proposta, milhões de aposentados passariam a receber menos que um salário mínimo.

Discute-se ainda, a elevação da idade e o aumento de tempo de contribuição, sendo que atualmente, o fator previdenciário existente, rebaixa o valor do benefício por ocasião da concessão, e limitado a um teto de R\$ 1561,00.

A Articulação de Esquerda, reunida em sua Nona Conferência, reafirma a defesa de uma Previdência Pública, solidária e universal, como um importante instrumento de proteção social. Defende ainda que seja feita uma auditoria nas contas previdenciárias e se aprofunde o sistema de combate aos desvios e à má gestão. Que o governo enfrente a sonegação com legislação mais severa, faça as devidas cobranças da dívida ativa de grandes empresas e reveja todos os benefícios fiscais previdenciários concedidos pelos governos anteriores.

Moção sobre remuneração dos parlamentares

O debate sobre a remuneração dos detentores de mandato eletivo, e particularmente dos parlamentares, se reveste de grande interesse da população.

Apoiamos a tramitação em caráter de urgência da PEC 376/2005, de iniciativa do Deputado Luciano Zica, que propõe o estabelecimento do índice concedido anualmente aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social como teto para o reajuste de todos os valores pagos aos detentores de mandato eletivo no âmbito federal, sejam Deputados, Senadores, Presidente da República e Vice Presidente.

Moção sobre os arquivos da repressão

Diante das ofensivas da direita, através de porta-vozes como o coronel Jarbas Passarinho, o mesmo que assinou o ato institucional número 5, torna-se necessário que o PT e os movimentos sociais assumam posição firme junto ao governo, exigindo imediatamente a abertura dos arquivos da repressão, dando conhecimento à sociedade brasileira do conteúdo dos mesmos. Este ato terá profundo significado no processo de democratização do Brasil.